

v.4 n.2

# REVISTA PET ECONOMIA UFES

NEOLIBERALISMO:  
AS NOVAS FACES  
DO VELHO JOGO



# Equipe Editorial (2024/2)

---

**Editor Chefe:** Vinícius Vieira Pereira;

**Edição:** Ana Carolina de Paula Simões, Arthur Mariano Soares, Hemille Barbosa Uchôa, João Henrique da Silva Nascimento e Kayky Barcelos de Oliveira;

**Revisão Ortográfica:** Ana Carolina de Paula Simões, Arthur Mariano Soares, Diogo Schiavinatto, Gabriel Matheus Ferreira Santos, Gabriela Morozini, Gustavo Gomes de Almeida, Hemille Barbosa Uchôa, Henrique dos Anjos Moura, João Henrique da Silva Nascimento, Kayky Barcelos De Oliveira, Maria da Graça Gomes Caneva, Matheus Ferreira Maia e Rafael Barbosa Saldanha;

**Revisão Referencial:** Ana Carolina de Paula Simões, Arthur Mariano Soares, Diogo Schiavinatto, Gabriel Matheus Ferreira Santos, Gustavo Gomes de Almeida e Hemille Barbosa Uchôa;

**Diagramação e arte:** Gabriela Morozini, Henrique dos Anjos Moura, João Henrique da Silva Nascimento, Kayky Barcelos De Oliveira, Maria Da Graça Gomes Caneva e Rafael Barbosa Saldanha;

**Imagem capa:** *Capitalism devours everything*, de Dmitry Moor (1883-1946). Alamy, Disponível em: <https://www.alamy.com/dmitry-moor-1883-1946-russian-artist-and-poster-designer-capitalism-devours-everything-image573122396.html>. Acesso em: 03 dez. 2024.

**Registro ISBN:**

PET-Economia/Ufes, Vitória - ES, 2024.

# Sumário

<b>Introdução</b>	<b>3</b>
Vinícius Vieira Pereira	3
<b>Texto do convidado</b>	<b>7</b>
Aborto, neoliberalismo e reprodução social: para além da aparência de uma “cortina de fumaça”	7
<b>Conheça seu PET</b>	<b>19</b>
Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes: PET-Educação/Ufes	19
<b>Resenhas Econômicas</b>	<b>21</b>
O plano que mudou a REALidade do país	21
À Margem do Futebol no Brasil	25
Self-Made Man: a aparência da meritocracia	29
Privatização dos presídios: uma face cruel do neoliberalismo	33
Cannabis: uma questão de saúde pública	37
Burnout: um retrato da sociedade capitalista contemporânea	45
<b>Resenha Especial - Maria da Conceição Tavares</b>	<b>49</b>
Maria da Conceição Tavares: ontem, hoje e sempre	49
<b>Podcasts do PET Economia</b>	<b>53</b>
A Reforma Psiquiátrica no Brasil - Implicações Sociais e Econômicas	53
Desafios da Dependência: subdesenvolvimento e Big Techs	54
Guerra às Drogas	55
A Precarização do Trabalho no Brasil	56
O Papel do Estado no Combate à Violência de Gênero Contra a Mulher	57

# Introdução

*Vinícius Vieira Pereira*<sup>1</sup>



Caro(a) leitor(a),

A nona edição de nossa revista vem a público no momento em que o capitalismo contemporâneo, no Brasil e no mundo, apresenta renovadas formas de valorização do capital. Escolas públicas e os serviços de saneamento básico são leiloados para os interesses privados no estado de São Paulo, marcando vários pontos na corrida pela privatização de tudo, até mesmo, dos direitos sociais fundamentais; na dimensão federal, em nosso país, enquanto o ministro da Fazenda apresenta projeto de corte de gastos públicos, o mercado se revolta com seu impacto sobre a camada mais rica da população,

ao mesmo tempo em que aprova e aplaude a redução dos gastos sociais; no mundo, crescem a pobreza, a miséria, a precarização das condições de trabalho, a violência, os discursos de ódio e intolerância contra imigrantes, os conflitos bélicos, tudo isso em meio à intensificação das políticas contra a imigração, as reformas trabalhistas que arrancam direitos da classe trabalhadora, ao avanço da financeirização, aos cortes no orçamento da seguridade social, entre tantas outras manobras do capital.

O resultado dessas políticas se reflete no aumento da desigualdade, da concentração da riqueza e do número de bilionários. Sem falar nas consequências sobre o meio ambiente, afinal, para obedecer à prerrogativa do lucro máximo, todas as práticas econômicas para elevar a produtividade e a produção se tornam justificáveis. Ainda que reuniões entre líderes mundiais ocorram periodicamente para nos alertar da tragédia que se anuncia.

Para muitos, tais estratégias podem parecer novidades do capitalismo contemporâneo. Mas, engana-se quem assim pensa. Como sugere o título desta edição da Revista do Pet Economia Ufes, o capitalismo, em sua fase neoliberal, replica, sob uma nova roupagem histórica, as mesmas máximas que cravaram os pilares da economia clássica burguesa, ainda no final do século XVIII e

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e tutor do Programa de Educação Tutorial PET-Economia/Ufes.

ao longo do século XIX, da soberania do mercado, da defesa da propriedade privada, do auto-interesse do indivíduo, da livre concorrência e do Estado à serviço do capital.

Dessa forma, as economias e seus governos se comportam conforme as regras impostas pelos capitalistas. Disseminam-se nas sociedades, as críticas aos gastos do Estado com os trabalhadores e desempregados, a defesa da propriedade e da gestão privadas das instituições, a justificação moral da riqueza e a condenação moral dos pobres, o discurso meramente aparente em favor da liberdade e da cidadania enquanto, na essência, predomina a exploração cada vez mais cruel dos despossuídos, enfim, um conjunto de idéias que, traduzidas em termos de política econômica, significa mais do mesmo, ontem e hoje, ou seja, o máximo para o “mercado” (aqui como mero apelido dos ricos), e “o bilhete em branco na loteria da vida” para os pobres, como afirmava Malthus em 1798.

Como a vida material aponta em que sentido os ventos sopram na política, e como, em momentos de crise estrutural do capital, as idéias econômicas liberais vêm revestidas de urgência, importância e apelo moral, no intuito de se apresentarem como portadoras das políticas mais eficientes para gestão da crise, na realidade atual a economia e a sociedade vivem os efeitos das contradições do modo de produção capitalista, agora em sua forma neoliberal.

Dando ênfase a esse argumento, o texto de nossa convidada, a professora do Departamento de Economia da Ufes, Arelys Esquenazi Borrego, trata das disputas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e pessoas que gestam. Mas você pode estar se perguntando qual a relação desse tema com as políticas neoliberais. Segundo a professora, estudiosa da teoria da reprodução social, pautas morais conservadoras e pautas econômicas neoliberais são as duas faces de uma mesma moeda, duas dimensões aparentemente distintas, porém, articuladas, no interior do processo de hegemonia neoliberal, uma vez que as primeiras desempenham a função de lançar uma cortina de fumaça para que o debate político, por exemplo, sobre a pauta da descriminalização do aborto, oculte o interesse real do capital, a opressão e a exploração.

Do mesmo modo, em nossas Resenhas Econômicas, produzidas por discentes do PET Economia da Ufes, as manobras neoliberais, sejam as que influem diretamente no campo material ou ideal, são trazidas à tona, como o debate em torno das privatizações dos presídios no Brasil, escrita por Gustavo Almeida e João Henrique Nascimento; ou a narrativa subjetivista da meritocracia e a defesa do empreendedorismo como soluções individuais para uma crise que é social e global, de autoria de Henrique Moura e Kayky Oliveira. Já os efeitos da vida cotidiana sobre a saúde física e mental dos indivíduos, pautada na crescente cobrança por produtividade, na sobrecarga de trabalho, na insegurança, na auto-punição e no fantasma do desemprego e da precarização do

trabalho, são tratados por Hemille Uchôa e Kayky Oliveira em um texto que joga luz sobre o distúrbio emocional conhecido como *burnout*, o qual tem afetado gravemente e levado à exaustão extrema a saúde dos trabalhadores. Já Ana Carolina Simões e Gabriel Santos voltam seus olhares para uma questão que perpassa o preconceito presente no ideal conservador, aparentemente contraditório em um cenário colorido pelo discurso liberal, e que se relacionam à saúde pública e aos interesses do capital, como é o caso da utilização da cannabis enquanto agente terapêutico comprovadamente eficaz como atenuante dos sintomas de doenças como Alzheimer, Parkinson, isquemias cerebrais e artrites reumatóides. Mateus Maia e Arthur Soares exploram a economia dos esportes e fazem um paralelo, em seu texto, entre os elevados investimentos realizados no futebol profissional e a força das comunidades, representada pelo futebol de várzea, destacando seu potencial econômico e seu papel tradicional de interação entre os membros de uma comunidade local e forma de afirmação de práticas culturais de determinada região. Completando a seção Resenhas Econômicas, Maria Caneva e Diogo Schiavinatto aproveitam a comemoração dos trinta anos do Plano Real para reconstituírem historicamente a introdução da nova moeda na economia do país, mostrando que, em tempos de neoliberalismo, a implementação do plano trouxe benefícios, mas também, graves consequências para o desenvolvimento da economia brasileira, como a desindustrialização, o aumento do desemprego, a redução dos salários, e a escalada da pobreza e da miséria no Brasil.

Na esfera da saúde pública, com o intuito de reforçar a importância e a eficácia do uso terapêutico da Cannabis Sativa, esta edição traz uma entrevista com o atleta Bruno Altoé, ex-integrante da equipe olímpica brasileira de judô. Num bate-papo com a petiana Ana Carolina Simões, o capixaba e campeão mundial de jiu-jitsu em 2024 conta como sua saúde e sua performance no esporte melhoraram consideravelmente quando ele decidiu abandonar os tratamentos tradicionais, passando a fazer uso do canabidiol, o CBD.

Sem fugir do debate crítico e utilizando as páginas de nossa revista para realizar uma homenagem que muito nos honra, Hemille Uchôa e Matheus Maia produziram uma resenha especial para contar um pouco sobre o legado de Maria da Conceição Tavares, uma das economistas mais brilhantes do país, falecida em junho deste ano, e que dedicou suas pesquisas e preocupações teóricas para investigar, a partir de um prisma crítico, social e realista, os problemas do desenvolvimento da economia brasileira, buscando sempre utilizar a análise econômica na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em nossa tradicional seção, Conheça seu PET, apresentamos um pouco da história e das atividades do Pet Educação Ufes. O texto trata, entre outras, das principais atividades deste PET conexionista, o qual está sob a tutoria da professora Dra. Margaret Sacht Góes desde 2022, destacando seus

projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como as experiências vividas e as dificuldades encontradas e superadas pelo grupo ao longo de sua existência, a qual se iniciou no ano de 2010.

Para encerrar esta breve introdução, destacamos aqui os episódios de nossos podcasts, disponíveis na plataforma Spotify, produzidos e apresentados por integrantes do PET Economia Ufes e que abordam os mais variados temas de nossa atualidade. As implicações sociais e econômicas da reforma psiquiátrica no Brasil é o assunto proposto por Gustavo de Almeida e Matheus Maia em uma entrevista com Raquel Coelho, especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). Sobre os desafios enfrentados pela dependência tecnológica das Big Techs e o subdesenvolvimento da periferia do capitalismo, a exemplo da economia brasileira, os petianos Diogo Schiavinatto e João Henrique Nascimento entrevistam o professor de História Econômica e Economia Brasileira do Departamento de Economia da Ufes, Dr. Rogério Naques Faleiros. Já no episódio, Guerra às Drogas, os petianos Arthur Mariano Soares e Gabriel Santos entrevistam o delegado da Polícia Civil do Espírito Santo, Fábio Pedoto, o qual tem experiência no Departamento Especializado em Narcóticos (Denarc) e docência na área de Direito Penal e Processual Penal, e fazem uma análise crítica sobre a quem interessa o punitivismo penal, o proibicionismo e o superencarceramento no Brasil. Por sua vez, Henrique Moura e Rafael Saldanha entrevistam a professora doutora Ana Paula Colombi, do Departamento de Economia da Ufes, para debater sobre a atual precarização do trabalho no Brasil e suas consequências sobre o trabalhador brasileiro. Encerrando a seção de podcasts, Gabriela Morozini e Maria Caneva discutem as diferentes manifestações da violência de gênero contra a mulher no Brasil, as origens históricas em que se assenta essa problemática e de que forma podemos pensar na intervenção estatal em seu enfrentamento. Para isso, as petianas entrevistam a Dr<sup>a</sup> Jocilene Marquesini Mongim, psicóloga do Ministério Público do Espírito Santo, atuante no Núcleo de Enfrentamento da Violência de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres. Para acessar os episódios, basta escanear o QR Code que acompanha, nas páginas desta revista, cada um dos programas.

Boa leitura!

## Texto do convidado

---

### *Aborto, neoliberalismo e reprodução social: para além da aparência de uma “cortina de fumaça”*

*Arelys Esquenazi Borrego*



Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutora em Política Social pelo PPGPS da Ufes. Graduada e mestre em Economia pela Universidade da Havana (UH-Cuba). Forma parte do Núcleo de Estudos em Movimentos Sociais (NEMPS-Ufes) e do Grupo de Trabalho de CLACSO “Género, (des)igualdades y derechos en tensión”.

---

Recebi com muita alegria o convite para escrever na revista do PET Economia, que dedica seu presente número para fazer uma análise crítica do processo e projeto neoliberal. Fiquei muito tempo pensando sobre quais

possíveis diálogos abrir com as(os) estudantes a partir desta ponte. Decidi aproveitar o espaço para fazer o exercício de eleger um tema polêmico e relativamente distante do campo da Economia, sem o esforço de pensá-lo em uma perspectiva de não fragmentação do econômico, do social e ambos do aspecto político-histórico. Trata-se das disputas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e pessoas que gestam e, mais especificamente, a questão do aborto.

Para um primeiro olhar, pareceria que essa é uma temática extremamente distante da Economia, muito mais próxima de outras áreas do conhecimento como Medicina, Ciências Sociais, Direito etc. Procuraremos mostrar que – assim como tantos outros debates em aparência muito distantes: trabalho doméstico, trabalho de cuidado, reprodução social etc. – o aborto também pode e deve ser analisado na perspectiva da economia feminista, do feminismo marxista e da crítica da economia política, ou seja, na Ciência Econômica. Ao longo deste artigo, procuraremos mostrar o que

tudo isso tem a ver com a crítica ao Neoliberalismo, tema central neste número da revista.

Recentemente o Projeto de Lei (PL) 1904/2024 conhecido como “PL da gravidez infantil” ou “PL do estupro” ganhou notoriedade. Trata-se de uma proposta de lei que procura equiparar o aborto realizado a partir da vigésima segunda semana de gestação ao crime de homicídio simples, mesmo nos casos previstos em lei.<sup>2</sup> Tanto o conteúdo do PL, quanto o caráter antidemocrático da tramitação em regime de urgência na Câmara dos Deputados(as), gerou, no início de junho de 2024, uma forte mobilização contrária nas mídias e nas ruas no Brasil, tendo como um dos principais articuladores, o movimento feminista (além da participação de outros movimentos sociais, partidos, pesquisadores(as), profissionais de diversas áreas, etc.).

O resultado conjuntural foi a retirada da pauta no Congresso Nacional barrando temporariamente a votação desse projeto – mas não seu arquivamento definitivo. Igualmente,

---

<sup>2</sup> No Brasil o aborto é legalmente permitido em três situações excepcionais (causais): risco de morte da pessoa gestante, em casos de estupro ou em casos de anencefalia fetal. Desde 1940, o Código Penal, segundo seu artigo nº 128, determinava a garantia do aborto praticado por profissionais da saúde em duas situações excepcionais: quando existe risco de morte da gestante ou em casos de gravidez decorrente de estupro. Posteriormente em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, que o aborto induzido em casos de anencefalia fetal também não seria considerado crime, podendo-se optar pela interrupção voluntária da gestação através da assistência médica.

mesmo que de forma tímida, conseguiu-se avançar no debate social sobre o que essa proposta de lei poderia representar, tanto em termos da criminalização das mulheres, meninas e pessoas gestantes como em termos de retrocesso/ataque aos direitos sexuais e reprodutivos legalmente referendados (embora nem sempre garantidos).

Nesse contexto, – assim como em outras ocasiões, quando ganham centralidade dentro do debate público projetos, pautas, discursos conservadores e/ou antidireitos – uma parte da crítica que se mobiliza dentro do campo progressista apela à noção da “cortina de fumaça”. Dentro dessa visão, o PL 1904/2024 representaria uma espécie de “cortina de fumaça”. Ou seja, vem à tona uma compreensão de parte da esquerda e de pessoas progressistas de que, na verdade, essas pautas morais/conservadoras estariam desviando nossa atenção de outras pautas ou acontecimentos mais centrais ou urgentes. A noção da “cortina de fumaça” é uma forma implícita de validar para onde deveríamos canalizar as energias/tempos das nossas reivindicações e lutas mais urgentes.

Recentemente, no contexto das eleições municipais, essa compreensão também ganhou força. A pauta da descriminalização e/ou legalização do aborto ficou muitas vezes não explicitada ou secundarizada em relação a outras pautas e propostas consideradas pelos(as) candidatos(as) como mais centrais/urgentes ou

menos polêmicas para o eleitorado.<sup>3</sup> Importante destacar que historicamente a defesa da descriminalização e/ou legalização do aborto é uma pauta extremamente atacada, seja no legislativo, no judiciário, no executivo ou em nível social.<sup>4</sup>

No entanto, também não surpreende que nas recentes eleições municipais, partidos e políticos(as) com posturas mais conservadoras de direita e extrema-direita, tenham explicitado a defesa do discurso antiaborto, muitos deles(as) se comprometendo nas suas campanhas a destinar futuros recursos (fundos públicos) para instituições pró-vida que “apoiam” mulheres para evitar o aborto.

O cenário descrito, marcado por uma acirrada disputa em torno da pauta do aborto e por uma forte ofensiva reacionária, torna-se ainda mais preocupante se consideramos alguns dados sobre a realidade brasileira que

---

<sup>3</sup> Apesar do aborto ser um evento comum na vida reprodutiva de quem gesta – assim como menstruação, parto, amamentação e contracepção etc. – o tema encontra-se arraigado em desinformação, moralismos, tabus e estigmas sociais. A sua criminalização afeta não apenas quem tem o direito de interrupção garantido pela lei atual, mas também quem sofre com o aborto espontâneo.

<sup>4</sup> No entanto, nos últimos anos diversas pesquisas mostram uma melhoria na opinião pública. Por exemplo, segundo pesquisa da Ipsos em 2023, a maior parte da população brasileira se diz favorável ao aborto nas causas já previstas em lei: 70% apoiam a legalidade do aborto quando a gravidez é resultado de estupro, 66% quando a gravidez ameaça a vida da pessoa gestante e 50% quando o feto tem sérios problemas de saúde (IM.PULSA, 2024). Também em 2023, a Quaest divulgou outra pesquisa que mostra o apoio amplo da população brasileira à descriminalização: 84% afirmaram que a mulher que fizer um aborto não deve ser presa (IM.PULSA, 2024).

evidenciam que o aborto é uma questão de saúde pública – e econômica.<sup>5</sup> Segundo dados da *Pesquisa Nacional do Aborto* de 2021 (PNA-2021), “cerca de 10% das mulheres em 2021 disseram ter feito ao menos um aborto na vida (15% em 2010). Estimamos que aproximadamente uma em cada sete mulheres (15%) teve um aborto aos 40 anos” (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2023, p. 1601). No entanto, a proporção de abortos é maior entre as mulheres jovens, pretas, pardas e indígenas, com renda até 1 salário-mínimo, residentes do Norte e Nordeste (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2023).

Atualmente, o aborto configura-se entre as quatro primeiras causas de óbitos maternos no Brasil. A PNA-2021 também evidenciou diversas desigualdades sociais que historicamente estruturam este fenômeno. Nesse sentido, é possível sim traçar um perfil das mulheres em maior risco de óbito por aborto: pretas e indígenas, de baixa escolaridade, com menos de 19 e mais de 40 anos, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2023).

Este escrito pretende contribuir a desconstruir a ideia de que o aprofundamento da ofensiva reacionária é simplesmente uma “cortina de fumaça” que tira nossa atenção, forças e tempos de lutas do “realmente

---

<sup>5</sup> O Sistema Único de Saúde (SUS) atende 9 de cada 10 pessoas com complicações decorrentes do aborto. Estima-se o gasto de R\$ 500 milhões por ano pelo SUS com atendimentos de complicações em abortos inseguros que foram realizados, o que se configura em R\$ 13.700 por dia, R\$570 por hora (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2017).

importante” (às vezes entendido como o único importante: barrar o avanço da austeridade, do ajuste estrutural permanente, da acirrada disputa pelo fundo público dentre outros elementos). Ou seja, o que pretendemos debater é que, essencialmente, não são dois processos separados: pautas morais/conservadoras e pautas econômicas neoliberais. Pelo contrário, são duas faces da mesma moeda, são duas dimensões diferentes, porém, articuladas, do mesmo processo da hegemonia neoliberal, como parte do intento de gestão da crise do capital.

O nosso argumento é que a visão que não articula o projeto político conservador com o projeto econômico monetarista neoliberal é uma leitura parcial/reduzida do fenômeno. A muito usual noção da “cortina de fumaça” constitui:

- 1) Uma visão reducionista do próprio projeto Neoliberal;
- 2) Uma visão limitada dos âmbitos da luta de classes e da disputa de projeto societários;
- 3) Uma compreensão fragmentada da realidade (e da própria lógica do capital).

Um primeiro elemento é analisar os embates em torno do aborto – criminalização vs. descriminalização/legalização – a partir da correlação de forças na luta de classes entre capital-trabalho e a partir das disputas entre o movimento conservador e o movimento feminista. Nesse sentido, a ofensiva reacionária (conservadora, fundamentalista, de

extrema-direita, fascista), que nos últimos anos se acirra em nível internacional e nacional, é também uma contraofensiva teórica, política e social, quanto aos avanços do movimento feminista em sua luta pela descriminalização e pela legalização do aborto.

Maia (2022) oferece uma interessante perspectiva histórica-política da configuração desses embates no legislativo brasileiro. A pesquisa sistematiza todos os projetos de lei em relação ao aborto desde 1985 até 2020. A sistematização permite entender que é uma disputa/luta que vem de longe, porém com um acirramento maior nos últimos anos. No período analisado foram, no total, apresentados 31 projetos de lei ampliando a legislação vigente sobre o aborto e, em contrapartida, 70 projetos propondo restringir a legislação – 83% desses projetos de lei foram apresentados por parlamentares do sexo masculino, que são maioria no legislativo brasileiro. O estudo também mostra que 2019 e 2020, nos dois primeiros anos do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, aconteceu um crescimento substancial das propostas de projetos de leis contrários ao aborto (Maia, 2022).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> No entanto, por mais que se tenha produzido um acirramento dos ataques durante o governo Bolsonaro – com o próprio executivo promovendo discursos, posturas e projetos antiaborto – os ataques e propostas contrárias têm uma longa história e são estruturantes do fazer político brasileiro. Dados mais recentes mostram que no ano de 2023 foram apresentados no poder legislativo 42 projetos de lei sobre o aborto, deles, 39 eram contrários ou visavam restringir a legislação (AzMina, 2024a).

Entender o histórico das disputas pelo aborto permite entender melhor os antecedentes mais próximos do PL 1904/2024. Assim, no final do ano 2023 se inicia a votação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442 no Supremo Tribunal Federal (STF). A então presidente da corte e relatora, ministra Rosa Weber, deu voto favorável à descriminalização da interrupção voluntária da gestação até a 12ª semana.<sup>7</sup> No início de 2024 o também ministro do STF Alexandre de Moraes votou favorável a suspender a resolução sobre aborto do Conselho Federal de Medicina, que proibia a indução de assistolia para abortos induzidos legalmente após as 22 semanas de gravidez. O PL 1904/2024 é uma resposta a essas duas decisões, porém, inserida dentro de uma contraofensiva que vem se aprofundando a cada ano – destaca-se que partidos de direita e extrema-direita vem ampliando paulatinamente o número de cadeiras dentro do legislativo.

Para entender o acirramento da ofensiva reacionária em relação ao aborto nos últimos anos é importante entender o panorama político, social e econômico no Brasil. A contraofensiva conservadora pode ser analisada como reação a várias iniciativas puxadas por movimentos feministas e de mulheres. Exemplo disso são a mobilização do “*Ele Não, Ele Nunca*” no contexto das eleições presidenciais de 2018, a Campanha “*Nem Presa nem Morta*” (desde 2018), e a Campanha “*Criança não é mãe*” (desde 2023). São iniciativas impulsionadas por movimentos

feministas, de mulheres e instituições comprometidas com a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e pessoas que gestam. Destacamos também duas importantes articulações: a criação da *Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto no Brasil* (2007) e a *Frente Nacional Parlamentar Feminista e Antirracista* (2019). Os anteriores são alguns exemplos no contexto nacional que ilustram a maior organização e força que a pauta do aborto vem ganhando dentro do movimento feminista brasileiro nos últimos anos – processo que também acontece em nível mundial, sobretudo a partir de 2016 com a nova primavera feminista.

Paralelamente, a partir de 2019 se aprofunda a contraofensiva conservadora no executivo, legislativo e judiciário (Esquenazi; Ferraz, 2023). Um exemplo relevante é a criação, em 2019, da *Frente Parlamentar Mista Contra o Aborto e em Defesa da Vida* - cuja finalidade explícita é combater a interrupção da gravidez e evitar a legalização desse procedimento. Essa frente atualmente reúne 171 deputados(as) e 10 senadores, entre eles, Nikolas Ferreira (PL-MG), o vice-coordenador, e a deputada federal Chris Tonietto (PL-RJ), coordenadora da frente (AzMina, 2024b).

Destacar que a atuação destes políticos e das diversas frentes parlamentares antiaborto<sup>8</sup> não se restringe a utilizar o palco para: i)

<sup>7</sup> Logo depois, o julgamento da ADPF 442 foi suspenso.

<sup>8</sup> O combate aos direitos reprodutivos é também reforçado pela *Frente Evangélica, Frente Católica Apostólica Romana e Frente em Defesa da Vida e da Família* (AzMina, 2024b).

viralizar discursos conservadores e fundamentalistas contrários ao aborto legal; ii) homenagear o movimento pró-vida e abrir requerimentos para homenagear o dia do nascituro; iii) propor projetos de lei contrários aos direitos legalmente referendados em relação ao aborto.<sup>9</sup> Trata-se também de repasse de parte do orçamento público com apoio financeiro a organizações do terceiro setor através de emendas impositivas e do outorgamento de títulos de utilidade pública a organizações do terceiro setor que tem uma atuação antiaborto encoberta.<sup>10</sup>

Os exemplos anteriores ilustram que não é simplesmente uma questão de “cortina de fumaça”. A luta pelo aborto está no cerne de uma disputa muito forte, de um lado pelos feminismos e movimentos de mulheres vs,

<sup>9</sup> A deputada federal Chris Tonietto (PL-RJ) coordena a *Frente contra o Aborto* pela segunda legislatura consecutiva. Ela é líder em discursos contra a interrupção da gestação na tribuna da Câmara e apresentou 16 projetos de lei no atual mandato (iniciado em 2023), um deles é o Projeto de Lei 2.893/19, que objetiva retirar as possibilidades de aborto legal do Código Penal (AzMina, 2024b).

<sup>10</sup> Segundo a pesquisa do Lobby Antiaborto da Revista AzMina (2024c), Nikolas Ferreira (PL-MG) destinou R\$ 150 mil à *Casa Mãe Oásis da Imaculada* (cuja razão social: Associação Pró Vida Oásis da Imaculada – Centro de Defesa do Nascituro), por meio de emenda impositiva, em 2022, no último ano de mandato dele como vereador em Belo Horizonte. Em 2023, já como deputado no Congresso Nacional, Nikolas direcionou R\$76.266 ao Projeto “*Casa Mãe*” da mesma associação. Por sua vez, a deputada federal Chris Tonietto (PL-RJ) em 2020 endereçou emendas para a *Associação Virgem de Guadalupe* e o *Centro de Reestruturação para a Vida (Cervi)*, sediadas nas cidades de São José dos Campos e São Paulo, respectivamente. Cada entidade recebeu R\$100 mil através do Ministério das Mulheres, conforme documentos do Portal da Transparência (AzMina, 2024c).

partidos e movimentos conservadores (religiosos ou não) que são abertamente antifeministas e antidireito sexuais e reprodutivos. O aborto está no cerne da disputa entre uma proposta democrática em defesa do Estado laico e de direito vs outra, antidemocrática liderada por uma extrema-direita com traços fascistas, que nega que os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos. O PL 1904/2024 é só mais um exemplo desse extenso confronto.

O neoconservadorismo e o fundamentalismo pregam o culto à vida, mas deveríamos questionar sobre quais vidas importam ao movimento pró-vida? O neoliberalismo prega o culto à liberdade, mas talvez deveríamos questionar sobre: de que tipo de liberdade estamos falando? Liberdade para quem? Qual é a efetiva liberdade e possibilidade de escolha que a sociedade neoliberal garante para uma pessoa pobre, preta e periférica?

A história da menina de São Mateus/ES em 2020 mostra como fio inicialmente negado a uma criança de 10 anos, vítima de estupro por familiar durante quatro anos, o seu direito legal de decidir sobre seu corpo ao escolher interromper uma gravidez de 22 semanas que colocava em risco sua vida.<sup>11</sup> Assim, para além

<sup>11</sup> Essa situação foi amplamente abordada na mídia porque a menina, que teve seus dados vazados pela internet, precisou ser deslocada para Recife após uma negativa de atendimento no Espírito Santo. Posteriormente, a menina deu entrada no Hospital Estadual Roberto Silves, todavia, só obteve o devido atendimento e seu direito assegurado no Centro Integrado de Saúde Amauri de Medeiros (CISAM) em Pernambuco.

do debate epistemológico e filosófico, vida e liberdade, gostaríamos de destacar que nos parece reducionista pensar a questão do aborto como um embate entre movimento pró-vida vs. movimento pró-escolha.

Em contraposição, algumas vertentes do feminismo vão defender a noção de direitos reprodutivos e de justiça social e suas sínteses a través da noção de *justiça reprodutiva* – importante contribuição do movimento feminista negro. Nesse sentido, consideramos que a disputa sobre o aborto também deve ser olhada a partir da lente da classe social, do gênero, da raça/etnia, etc. Ela não é só religiosa, cultural, ideológica, política, mas também econômica. Disputa que tem como principais vítimas meninas, mulheres e pessoas que gestam, tendo diariamente seus direitos negados.

Um *segundo argumento* para desmontar a noção da tal “cortina de fumaça”, é que essa interpretação responde a uma visão reducionista do neoliberalismo. Já são quase cinco décadas de hegemonia neoliberal, mas ainda se tem uma grande dificuldade de entender em uma perspectiva de totalidade esse processo e projeto contemporâneo da lógica do capital. Nosso argumento nesse sentido objetiva retomar algumas contribuições marxistas.

Autores como Anderson (1995), Harvey (2005), Dardot e Laval (2016), argumentam sobre a necessidade de pensar o neoliberalismo não só como um projeto econômico, mas também como um projeto político. Ou seja, em análises diferentes, os autores caminham na

interpretação do neoliberalismo como ideologia, racionalidade e visão de mundo específica. Mais recentemente autores(as) como Brown (2019), Chamayou (2020) e Mattei (2023), teceram leituras coincidentes, argumentando que o neoliberalismo é um projeto econômico e político essencialmente antidemocrático, autoritário e conservador.

Nesse sentido, destacamos as contribuições de Wendy Brown (2019). A autora argumenta que a razão neoliberal defendida por Frederick Hayek – na sua obra seminal do neoliberalismo “*O caminho de servidão*” (1990 [1944]) – visava habilitar o *mercado* e a *moral* como pilares de uma sociedade livre. Ou seja, um dos argumentos de Brown (2019) é que a defesa da moral tradicional já estava inserida na proposta fundacional de Hayek.

*“Se quisermos ser bem-sucedidos na guerra de ideologias e conquistar os indivíduos honestos dos países inimigos, devemos em primeiro lugar recuperar a fé nos valores tradicionais que este país representava no passado e possuir a coragem moral de defender com tenacidade os ideais atacados pelos nossos inimigos. Não conquistaremos adesões com desculpas envergonhadas e com asserções de que estamos nos regenerando rapidamente, nem com explicações de que estamos procurando conciliar os valores tradicionais ingleses e as novas ideias totalitárias. O que importa não são os últimos melhoramentos que possamos ter introduzido nas nossas instituições sociais, pois isso representa muito*

pouco em comparação com as diferenças básicas entre dois sistemas de vida opostos. *Importa a nossa fé inabalável nas tradições que fizeram deste país uma nação de homens livres e retos, tolerantes e independentes*” (Hayek, 1990[1944], p.231 versão digital)

Por isso, a autora defende a noção de “projeto neoliberal mercado-e-moral”. Para ela, o neoliberalismo também deve ser entendido como uma reação autoritária e conservadora. Nessa perspectiva, o projeto neoliberal visa não só privatizar, mercantilizar, desregulamentar, etc. tudo que for possível. É também um projeto por uma agenda que não permita questionar as hierarquias, as desigualdades e as discriminações. Ou que, mesmo incorporando algumas reivindicações e pautas mais progressistas, as integre de forma que não coloquem em xeque as relações de opressão e exploração – o que é fundamental para garantir e ampliar a acumulação de capital.

Ao invés de separarmos a agenda neoliberal da agenda (neo)conservadora, ou acreditar que as pautas morais são simplesmente uma “cortina de fumaça”, deveríamos questionar epistemológica e teoricamente como foi que se construiu esse projeto e processo, hoje hegemônico. Avaliamos que não são duas agendas teóricas e políticas separadas que posteriormente se entrelaçam convenientemente. Embora partidária e programaticamente as articulações entre (neo)liberais e (neo)conservadores possam se produzir concomitantemente ou depois da

ascensão neoliberal, o entrelaçamento desses interesses é bem anterior.

Em resumo, intentamos argumentar a partir deste segundo elemento que as pautas morais/conservadoras – entre elas as posturas antiaborto ou contrárias à educação sexual e aos anticoncepcionais – não são um elemento contingente de uma agenda política diferente e particular (neo)conservadora, elas são estruturantes da racionalidade e do projeto neoliberal.

Mas, e se continuamos olhando para atrás na história do capitalismo, será que devemos pensar as pautas morais/conservadoras que defendem a tradição, os costumes e, portanto, a manutenção de um conjunto de relações de opressão (gênero/sexo, raça/etnia, sexualidade, capacidades, nacionalidades etc.) como estruturantes da sociabilidade capitalista? Será que do ponto de vista lógico-histórico devemos pensar na fusão das relações de exploração e de opressão no capitalismo? Será que podemos pensar a opressão de gênero a partir das suas bases materiais, analisando-as como resultado e condição da lógica do capital?

Um *terceiro argumento* que defendemos é que essa ideia da “cortina de fumaça” expressa uma compreensão dicotômica da realidade. Uma que fragmenta a análise da produção e da reprodução social dentro da totalidade do capital. Este terceiro argumento tenta caminhar para um outro plano de análise mais essencial. Esperamos que as discussões sobre os outros dois argumentos tenham semeado o caminho para fazer o percurso do concreto visível ao

abstrato, para depois juntos(as) fazer o percorrido de volta, desta vez ao concreto pensado da realidade capitalista neoliberal. Nesse sentido, visamos analisar o aborto e a gestação do ponto de vista do trabalho de reprodução social, tentando mostrar a articulação entre produção e reprodução social no capitalismo.

Dentro da perspectiva do feminismo marxista da Teoria da Reprodução Social (TRS)<sup>12</sup>, a reprodução da força de trabalho inclui a reprodução biológica, mas não se restringe a ela. Ou seja, engloba outras dimensões da reprodução material e subjetiva da força de trabalho (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). A modo de resumo, poderíamos dizer que a reprodução da força de trabalho abarca três elementos: i) regeneração da força de trabalho: lavar roupa, fazer comida, faxina etc. (trabalho doméstico), mas também da condição psíquica/mental (trabalho emocional) e subjetiva; ii) a regeneração dos não trabalhadores(as): ex. crianças, idosos(as), pessoas com deficiência etc. (trabalho doméstico); iii) geração de trabalhadores(as) “frescos(as)”: trabalho de gestação, parto, amamentação, assim como outras “fontes” de trabalhadores(as) tais como trabalho migrante ou trabalho análogo à escravidão. Em resumo, o âmbito da reprodução social é o espaço no qual

a força de trabalho é gestada e reproduzida diária e geracionalmente.

Por isso, a reprodução social é uma condição indispensável para a possibilidade da produção econômica em uma sociedade capitalista (Fraser, 2023). Os diversos trabalhos que a integram – sejam remunerados ou não, formais ou informais, desenvolvidos no âmbito público ou na unidade doméstica – são essenciais para garantir condições para o processo de valorização, mesmo que indiretamente. O trabalho de reprodução social garante não só a disponibilidade da força de trabalho (atual e futura), mas também a sua adequação aos requerimentos da acumulação capitalista por meio da socialização de valores, ideologias, habilidades, capacidades e do disciplinamento e controle dos corpos.

No entanto, pese a sua centralidade, o trabalho de reprodução social se concretiza maioritariamente na sociedade capitalista de forma invisibilizada, subalternizada e desvalorizada. Como tendência, a lógica do capital procura enxugar, diminuir e precarizar os recursos que confere à reprodução social (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019). Isso se concretiza na constante pressão que exerce a acumulação de capital sobre a reprodução social, com o intuito de reduzir os “custos” da reprodução da força de trabalho. Processo que contribui no rebaixando do valor da força de trabalho, o que, por sua vez, permite ampliar o processo de apropriação de mais-valia e de acumulação de capital.

<sup>12</sup> Destacamos a Lise Vogel (2022 [1983]) como autora fundacional da teoria unitária, assim como um conjunto de autoras(es) que compõem a Teoria da Reprodução Social contemporânea, dentre eles: Cinzia Arruzza, Thiti Bhattacharya, Susan Ferguson, David McNally, etc.

Porém, esse movimento de desvalorização, precarização e subordinação da reprodução social em função da produção de mercadorias, mesmo que seja funcional para a ampliação da acumulação é, ao mesmo tempo, essencialmente contraditório para essa lógica. Assim,

[...] toda forma de sociedade capitalista abarca uma tendência profundamente arraigada à crise ou à contradição socio-reprodutiva. Por um lado, a reprodução social é uma condição imprescindível para a acumulação sustentada do capital; por outro, a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar os próprios processos de reprodução social em que se baseia (Fraser, 2023, p.3).

Essa contradição sócio-reprodutiva, embora inerente ao capitalismo como modo de produção, assume uma aparência diferente em todas as formas historicamente específicas da sociedade capitalista. Nas décadas de hegemonia neoliberal essa contradição que é estrutural e estruturante do capitalismo se acirra substancialmente.

A redução de “custos” (na linguagem e lógica do capital) na esfera da reprodução social se concretiza, por exemplo: i) impondo trabalhos domésticos gratuitos feitos compulsoriamente na unidade doméstica através da familiarização de cuidados; ii) multiplicando trabalhos assalariados altamente precarizados/feminizados no âmbito da reprodução social (desmontando ou não

reconhecendo direitos e garantias trabalhistas das trabalhadoras domésticas, das enfermeiras, dos profissionais da educação, etc.). São todos movimentos que ampliam as margens da acumulação do capital, seja direta ou indiretamente. Da mesma forma, a implementação mais acirrada da austeridade com sua agenda de mercantilização, privatização ou deterioração/desmonte dos serviços públicos e das instituições públicas de educação, saúde, saneamento, cultura, etc. também são formas de reduzir os “custos” da reprodução social em função da crescente valorização do capital.

É nesse sentido que a reprodução social não se pode entender senão na sua relação intrinsecamente contraditória, porém orgânica, com o processo de produção capitalista (Arruza, Bhattacharya e Fraser, 2019). O permanente intento de controle dos corpos, da sexualidade e da subjetividade das meninas, mulheres e das pessoas que gestam, assim como o cerceamento da *autonomia reprodutiva* e das condições econômicas, políticas e sociais que efetivam a *justiça reprodutiva* são, todos eles, elementos constituintes dessa tensão/contradição entre produção e reprodução social.

É por isso que para o capital, na sua atuação via Estado, interessa controlar a reprodução da força de trabalho, e por tanto a vida reprodutiva das mulheres, na medida em que tem relação direta ou indireta com a acumulação capitalista. Assim, não há vergonha em se defender estupro, atacar direitos sexuais e reprodutivos,

praticar transfobia. A tolerância social é alta com relação ao mencionado. Mas a luta pela legalização e descriminalização do aborto é fortemente criminalizada (Moraes, Roncato e Esquenazi, 2023, p.57-58).

Por último, gostaríamos de encerrar estas linhas colocando a reivindicação pelo aborto legal, seguro e gratuito dentro do contexto mais amplo das lutas sociais. Embora reivindicamos a descriminalização e a legalização total, estamos cientes que esta luta não é só no campo jurídico. Embora saibamos dos impactos negativos da criminalização e da clandestinidade do aborto, estamos cientes que esta reivindicação não é simplesmente uma questão de saúde pública. Embora denunciemos o conservadorismo e fundamentalismo predominantes nos diversos espaços sociais e aparelhos de hegemonia, sabemos que a luta vai para além do âmbito religioso, cultural e político. Ao longo destas páginas tentamos tecer argumentos e exemplos para destacar que esta disputa não é uma mera “cortina de fumaça”, e sim uma disputa que tem bases históricas, materiais e econômicas específicas na sociedade capitalista. Tentamos mostrar como nela se articulam e explicitam distintas formas de exploração e opressão.

A luta pela garantia e ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos e pela justiça reprodutiva são lutas pela vida das meninas, das mulheres e das pessoas que gestam. As lutas pelo aborto legal, seguro e gratuito, assim como as lutas pela maternidade não compulsória,

desejada, diversa e socialmente assistida questionam algumas das bases da reprodução social no capitalismo. Não só meramente pautas identitárias ou reivindicações unicamente feministas. Pelo contrário, elas estão no cerne das lutas da classe trabalhadora e são, portanto, lutas a serem coletivamente disputadas.

### Referências:

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. (2019). **Feminismo para os 99%**. Um Manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

AzMina. Deputados conservadores e organizações religiosas se unem contra o aborto legal, **Revista AzMina** 31 jul. de 2024c. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/frentes-parlamentares-articulam-lobby-antiaborto-no-congresso/>. Acesso em: 09/10/2024.

AzMina. Em 2023, 39 propostas prepararam terreno para PL que equipara aborto a homicídio, **Revista AzMina** 17 jun. de 2024a. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/em-2023-39-propostas-prepararam-terreno-para-pl-que-equipara-aborto-a-homicidio/>. Acesso em: 09/10/2024.

AzMina. Frentes parlamentares articulam lobby antiaborto no Congresso, **Revista AzMina** 26 set. de 2024b. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/frentes-parlamentares-articulam-lobby-antiaborto-no-congresso/>. Acesso em: 09/10/2024.

AzMina. Políticos lucram com cursos que espalham desinformação sobre aborto e feminismo, **Revista AzMina** 21 ago. de 2024d. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/politicos-lucram-com-cursos-desinformativos-sobre-aborto/>. Acesso em: 09/10/2024.

- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politéia, 2019.
- CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu, 2020.
- DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. National Abortion Survey – Brazil, 2021. **Ciênc. saúde coletiva** [periódico na internet], v. 28, n. 6, jun., p. 1601-1606, 2023.
- DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciênc. saúde coletiva** [periódico na internet], v. 22, n. 2, p. 653-660, 2017.
- FRASER, N. A Crise do Cuidado vista a fundo, **blog Editora Elefante**, 23 de set. de 2023. Disponível em: <https://editoraelefante.com.br/nancy-fraser-a-crise-do-cuidado-vista-a-fundo/>. Acesso em: 09/10/2024.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005. Cap 1, p. 15-48.
- HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990[1944].
- IM.PULSA. Narrando com dados e histórias, IM.PULSA, 13 set de 2024. Disponível em: <https://www.impulsa.voto/materials/narrando-com-dados-e-historias/>. Acesso em: 09/10/2024.
- MAIA, M. C. M. **O debate político sobre a legalização do aborto no Brasil (1980-2020)**: neoconservadorismo e políticas antigênero na América Latina. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2022.
- MATTEI, C. **A ordem do capital**: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.
- MORAES, L. C. G.; RONCATO, M. S.; ESQUENAZI, A. B. **A Revolução será Feminista**: aportes para lutas estratégicas da classe trabalhadora contra o capital. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

## Conheça seu PET

### *Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes: Projeto*

#### *Educação (PET-Educação/Ufes)*

#### *PET Conexões de Saberes - Educação/Ufes*



O grupo Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes: Projeto Educação (PET-Educação/Ufes) foi erguido sob idealização e tutoria da Professora Dr<sup>a</sup> Valdete Côco, insigne professora do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE) e do Programa de Pós-Graduação, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), junto a doze estudantes da classe popular em dezembro de 2010, data considerada recente, tendo em vista a época de institucionalização do Programa no Brasil, em 1979. Desde a primeira configuração, o escopo do grupo é a formação de professores na educação infantil, de modo a encadear ensino,

pesquisa e extensão com os cursos de graduação correspondentes às áreas que atendem a Educação Infantil: Artes Visuais, Educação Física e Pedagogia.

O formato Conexões de Saberes do grupo dispõe como ferramenta de dialogicidade o referencial teórico de Bakhtin, filósofo e pensador russo no campo da linguagem, de modo a destacar os princípios do coletivo para a melhor compreensão com “o outro”: escrita coletiva, participação conjunta na elaboração e na execução das atividades, na organização interna, na aproximação com os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), no diálogo com cursos de origem, com outros grupos PET, com os egressos e com a comunidade externa.

O PET Educação já desenvolveu várias atividades de ensino, pesquisa e extensão para a comunidade interna e externa em toda a sua história. Um dos projetos antigos era a aproximação do grupo PET com a Instituição de Educação Infantil e com a comunidade, esperando uma troca de experiência entre

pessoas petianas, a instituição e a comunidade. Esse movimento marcou aprendizagens, desenvolvimento e fortalecimento acadêmico, na prática e em sala de aula, com a realização de estudos e pesquisas relacionadas. Esse projeto encontra-se encerrado e nele foram realizadas atividades de apresentação de dança no CMEI, reuniões técnicas de ações extensionistas, entre outros.

Além disso, destaca-se o projeto de pesquisa, já finalizado, voltado à trajetória dos estudantes da classe popular que ingressaram na Ufes, bem como acontecimentos que os marcaram suas trajetórias intitulado “Como se constituem as trajetórias dos integrantes do grupo PET: Conexões Educação”. Esse projeto envolveu dois movimentos: os pontos culminantes da vida desses estudantes até a chegada à Universidade e a trajetória decorrente da inserção na vida universitária. No primeiro momento, utilizou-se de memoriais descritivos e de grupo focal para o estudo exploratório e, a posteriori, da escrita dos diários de campo.

A segunda tutoria do PET Educação é da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Margarete Sacht Góes, também docente do DLCE, do Centro de Educação e no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE), que ingressou no PET em 2022. A então nova tutora se deparou com um grupo dilacerado em termos quantitativos, com apenas quatro pessoas petianas, e iniciou o processo de

divulgação do Programa para adesão e ocupação das vagas, reorganização das atividades e estruturação da sala. Foi um processo árduo e formativo que culminou o ingresso de oito estudantes bolsistas e uma estudante voluntária, em que destaca-se a nova era do PET Educação, de modo que as pessoas petianas e tutora aprendessem juntos a grandeza desse Programa.

Desde então, o grupo se empenhou para realizar o tripé acadêmico voltado à Educação Infantil e à Formação de Professoras/es. Pode-se destacar a pesquisa, na qual visa botar em cheque os corpos infantis invisibilizados, com o projeto “A Constituição da Docência e a (Inter)Conexão de saberes com crianças da Educação Infantil da/na Contemporaneidade”, que busca centralizar os corpos infantis junto às imagens e narrativas que as atravessam cotidianamente, além de objetivar a elaboração de materiais educativos a partir das demandas observadas em campo e, com esses materiais, potencializar uma educação antiracista e anticapacitista. A pesquisa ainda está em andamento e, até o momento, foram produzidos três materiais educativos: os livros “As Mães de Théo”, “Cada coisa é uma coisa”, além do material “Quebra-Cabeça das Emoções”. O projeto conta com a parceria das Secretarias Municipais de Educação de Vitória e Serra, as quais disponibilizam os CMEI como espaço de pesquisa para pessoas petianas.

## Resenhas Econômicas

### *O plano que mudou a REALidade do país*

Maria Caneva

Diogo Schiavinatto



O dragão da inflação tem fome de cesta básica na charge de hoje do Correio. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2013/05/09/internas\\_economia.365076/o-dragao-da-inflacao-tem-fome-de-cesta-basica-na-charge-de-hoje-do-correio.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2013/05/09/internas_economia.365076/o-dragao-da-inflacao-tem-fome-de-cesta-basica-na-charge-de-hoje-do-correio.shtml). Acesso em: 21 mar. 2024.

“A perda de noção de valor” - Essa é a frase em unanimidade dita pelos servidores do Banco Central, durante a crise inflacionária que assolava o país entre os anos de 80 e 90.

Uma das origens da hiperinflação foi o aumento substancial na taxa de juros dos Estados Unidos nos anos de 1979, dessa forma, os contratos de empréstimos passaram por um grande reajuste que resultou de forma direta no encarecimento da nossa dívida externa, uma vez que esta era atrelada ao dólar. Durante os quinze anos que se sucederam, o país passou por oito planos

econômicos voltados a combater a inflação galopante e quatro diferentes moedas, entretanto, somente um plano obteve êxito, o Real.<sup>13</sup>

Em 1979, seguindo a política de arrocho salarial e desvalorização da moeda, que prejudicava a população, a inflação chegou a 100% anual, isso somado a um período de forte desaceleração econômica e alto desemprego.<sup>14</sup> Em 1986, em um cenário de inflação persistente, foi anunciado o Plano Cruzado, que contou com o congelamento de preço, uma nova moeda (Cruzado) e o câmbio fixo como principais medidas. Idealizado por Francisco Lopes, então assessor especial da Presidência da República,

<sup>13</sup> WESTIN, Ricardo. **Antes do Plano Real, inflação no Brasil chegou a 2500% ao ano**. Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/antes-do-plano-real-inflacao-no-brasil-chegou-a-2-500-ao-ano>. Acesso em 13 mar. 2024.

<sup>14</sup> LACERDA, Lara. **Como era viver no Brasil da inflação descontrolada dos anos 80**. Brasil de fato, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/18/como-era-viver-no-brasil-da-inflacao-descontrolada-dos-anos-1980>. Acesso em 15 mar. 2024.

que venceu o debate de ideias contra Pécio Arida e André Lara Rezende que propunham uma moeda indexada. Contudo, o plano fracassou, dentre os motivos estava a manutenção prolongada do congelamento dos preços para fins eleitorais.<sup>15</sup> Ainda no governo Sarney, tentou-se o Plano Bresser e o Plano Verão, o resultado de ambas as medidas foi a ineficácia, dado que os planos não conseguiram controlar a inflação, seja por não atacar o principal motivo, seja por não ter credibilidade. Por fim, o resultado da adoção dessas políticas insatisfatórias, foi o aumento ainda maior da inflação, que chegou a casa dos quatro dígitos.

Durante a década de 1990, o cenário da economia brasileira era assustador. A inflação mensal corroía o poder de compra dos trabalhadores, fazendo com que comprar e estocar alimentos e itens de necessidade básica fosse a estratégia utilizada para tentar driblar a elevação constante dos preços. À vista disso, e olhando por outra ótica, os comerciantes também tiveram que se adaptar, organizando a logística de recebimento e de distribuição de produtos para atender a demanda intensa nos primeiros dias do mês - e corredores praticamente vazios nas semanas seguintes.

Após inúmeras tentativas de controle da economia, somado a um conjunto de planos

fracassados, o Plano Real começou a ser desenhado em 1993, durante o governo de Itamar Franco. O cenário de experiências e planos econômicos falidos permitiu que os planejadores do novo programa de estabilização econômica enxergassem e abordassem uma nova perspectiva durante o processo de elaboração, contando com alterações primordiais ao sucesso do plano.

Considerando isso, dessa vez inspirado na Proposta Larida de Arida e Lara Rezende, o Plano Real passou a ser implementado no país de forma articulada e gradual, através da participação ativa do Banco Central. Por conseguinte, a proposta se distanciava da necessidade do choque heterodoxo e evitava o congelamento de preços. Portanto, além de adotar uma nova abordagem teórica, não focava apenas na mudança do padrão monetário e ainda previa programas de apoio às mudanças que atingiram a essa população que não sabia mais como viver sem a inflação.

O plano econômico contou com três fases de elaboração. A primeira delas foi o lançamento do Programa de Ação Imediata (PAI), que teve início em junho de 1993, antes mesmo do lançamento do Real. O objetivo era, principalmente, equilibrar as contas públicas e também reduzir a rigidez dos gastos da União por meio de instrumentos monetários e fiscais que previam a redução dos gastos, revisão de orçamento, ajustes nas estruturas bancárias,

---

<sup>15</sup> REIS, D. L. O PLANO CRUZADO NA PRESPECTIVA DE SEUS FORMULADORES: PERSIO ARIDA E LUIZ GONZAGA BELLUZZO. *A Economia em Revista - AERE*, v. 27, n. 2, p. 81-88, 11 nov. 2020. Acesso em 25.mar. 2024.

combate à evasão fiscal e a privatização de empresas públicas.<sup>16</sup>

A próxima fase do plano tratava da utilização de uma moeda escritural, a chamada Unidade Real de Valor (URV). Por não poder ser usada como meio de pagamento, não era efetivamente uma moeda, sendo, na realidade, uma unidade de conta que realizava a paridade com o dólar e também com a moeda da época, o cruzeiro real. Considerando o problema da memória inflacionária, – a certeza de que a inflação aumentaria nos próximos meses, fazia com que a inflação passada se perpetuasse para o presente – a URV realizou um papel primordial ao absorver a variação dos preços, baseada em um sistema que continha duas moedas, a antiga inflacionada e a nova que tinha seu valor diariamente corrigido, reformulando a expectativa do país quanto aos valores da inflação e abrindo caminho para o lançamento do real.

Por fim, a última fase e implementação completa do Plano Real, poucos meses após o lançamento da segunda fase, foi a transformação dessa unidade de valor, a URV, em uma moeda, o Real. Quando começou circular no país, tinha paridade com a URV e valia cerca de CR\$2.750 cruzeiros reais. Além disso, outra parte importante dessa fase foram as medidas de apoio a possíveis desajustes

econômicos, como exemplo, o estabelecimento de um teto para a taxa de câmbio e a determinação de um depósito compulsório com taxa de 100%, permitindo que o Banco Central controlasse a oferta de crédito.<sup>17</sup>

Atingido o seu principal objetivo, o Plano Real foi um processo de estabilização econômica de enorme sucesso e representou a quebra da espinha dorsal da inflação brasileira. Já no ano seguinte à sua implementação, em 1995, a inflação atingiu um valor próximo a 22%<sup>18</sup> o que era um verdadeiro momento de alívio para o país. Diante disso, um novo desafio surgia, o compromisso em assegurar a estabilidade e o poder de compra da moeda brasileira ao longo do tempo, frente ao cenário de instabilidades que viviam os países latino-americanos.<sup>19</sup>

É consenso que o Plano Real trouxe uma gama de benefícios para a economia brasileira, proporcionando segurança para os agentes econômicos, estimulando o consumo, o investimento e como consequência o

<sup>16</sup> **Ajuste das contas públicas e transparência na comunicação explicam sucesso do Plano Real.** Banco Central do Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/358/noticia>. Acesso em 15 mar. 2024.

<sup>17</sup> **SERRANO, Luiz Roberto. 30 anos do Plano Real, o tiro certo contra as mazelas da inflação que atormentava o país.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/atuais/30-anos-do-plano-real-o-tiro-certo-contras-mazelas-da-inflacao-que-atormentava-o-pais/#:~:text=H%C3%A1%2030%20anos%2C%20nascia%20a,%C2%B0%20de%20julho%20de%201994>. Acesso em 12 mar. 2024

<sup>18</sup> **Plano Real.** Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acesso em: 14 mar. 2024.

<sup>19</sup> **CARNEIRO, Dionísio Dias. Atlas Histórico do Brasil. Fundação Getúlio Vargas,** Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6303> Acesso em 21 mar. 2024.

crescimento econômico. Ademais, a estabilização monetária restaurou as condições de crédito, incentivando financiamentos e favorecendo o mercado. No entanto, é importante destacar que o Plano Real não resolveu todos os problemas econômicos do Brasil. Questões como a desigualdade, a infraestrutura deficitária e a necessidade de reformas estruturais ainda persistem.

Parte dessas consequências foram atribuídas devido ao patamar de valorização excessiva do real frente ao dólar. Portanto, no contexto da época, significa dizer que importar era mais vantajoso que exportar, dessa forma, as reservas eram reduzidas ao retirar a moeda americana do país, fragilizando assim, a capacidade de responder a crises cambiais, como a que ocorreu em 1999.

Por conta dos juros altos, instituídos para atrair fluxo especulativo e reverter a queda das reservas, a dívida pública passou de 30,4% do PIB para 41,7% em um curto período de tempo. Isso levou a perda da credibilidade da âncora fiscal, fazendo com que o Banco Central abandonasse a âncora cambial e adotasse o regime de metas da inflação.<sup>20</sup>

Para mais, a população sentiu a forte desaceleração econômica, dado que, em 1993, o crescimento estava em torno de 4,7% e em seis

anos caiu para menos de 1%. A explicação desse desaquecimento foi a taxa de juros estipulada pelo BACEN, que gerava uma forte retração no consumo e afastava os investimentos produtivos. Adicionalmente, a taxa de desemprego que antes da implantação do Plano Real era de 5,7% passou para 8,30% em apenas cinco anos depois.<sup>21</sup>

Dado o exposto, o sucesso do real impressiona ao considerar que os primeiros anos de implementação contaram com inúmeros desajustes econômicos. As consequências do plano, como o crescimento do desemprego e a elevação da taxa de juros, afetavam de forma direta a parte mais pobre da população, resultando no aumento da pobreza e miséria no país. Dessa forma, é importante pensar que os métodos de combate aos processos inflacionários devem ser cuidadosamente avaliados, visto que suas ramificações podem aniquilar permanentemente as aspirações futuras de uma nação.

---

<sup>20</sup> BONFIM, Cristina Braga. **Uma revisão crítica do Plano Real (1993-1998): Antecedentes, etapas e resultados**. 2015. 68 f. Monografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, IE, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/952/1/CBBomfim.pdf>. Acesso em 17 mar. 2024.

---

<sup>21</sup> Idem. Ibidem.

## À Margem do Futebol no Brasil

Arthur Mariano Soares

Matheus Ferreira Maia



Visão aérea de um dos campos de futebol de várzea no Campo de Marte, em São Paulo. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2022/02/11/prefeitura-avanca-para-substituir-reduto-da-varzea-em-sp-por-museu-privado.htm>. Acesso em: 04 abr. 2024.

O futebol, além de ser um esporte praticado por milhões de brasileiros, também é um negócio extremamente rentável para diversas empresas e organizações ligadas aos torneios de grande alcance nacional. Em 2022, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), entidade máxima do desporto no Brasil e principal organizadora dos campeonatos (como o Campeonato Brasileiro Série A), obteve um faturamento recorde de R\$ 1,2 bilhão<sup>22</sup>. Os clubes de futebol são uma importante força-motriz do esporte e contaram com um alto faturamento nos últimos

<sup>22</sup> FERNÁNDEZ, Martín. **CBF anuncia faturamento de R\$ 1,2 bilhão e lucro recorde em 2022**. GE, 2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/noticia/2023/04/25/cbf-anuncia-faturamento-de-r-1-bilhao-e-lucro-recorde-em-2022.ghtml>. Acesso em: 03 abr. 2024.

anos. O Flamengo, por exemplo, time de maior torcida, faturou R\$ 1,37 bilhão em 2023<sup>23</sup>.

Os jogos também atraem uma grande audiência, posto a alta popularidade entre o povo brasileiro. Essa situação pode ser percebida em uma recente negociação no qual o Grupo Globo, dona do canal de maior audiência do país, se envolveu para obter os direitos de transmissão dos jogos do Campeonato Brasileiro Série A de 2023. A organização chegou a desembolsar a expressiva quantia de R\$ 2,1 bilhões para ter os direitos de transmissão dos 20 times da série A do futebol brasileiro<sup>24</sup>, o que evidencia e confirma o futebol enquanto mercadoria.

Para além dos direitos de transmissão, grandes empresas, buscando alavancar as vendas de seus produtos e se valorizar no mercado, patrocinam diversos clubes de futebol com cifras milionárias. O Flamengo, por exemplo, detém

<sup>23</sup> REDAÇÃO. **Flamengo alcança marca de R\$ 1 bilhão de receita em 2023 antes do último trimestre**. GE, 2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/2023/11/01/flamengo-atinge-r-1-bilhao-de-receita-no-terceiro-trimestre-e-tem-aumento-de-27percent-em-relacao-a-2022.ghtml>. Acesso em: 03 abr. 2024.

<sup>24</sup> REDAÇÃO. **Quanto cada clube ganhou da globo pelo brasileiro 2023**. Lance, 2024. Disponível em: <https://www.lance.com.br/lancebiz/financas/quanto-cada-clube-ganhou-da-globo-pelo-brasileirao-2023-veja-ranking.html>. Acesso em: 03 abr. 2024.

um dos maiores patrocínios master<sup>25</sup> entre os clubes brasileiros. Em parceria recém firmada com a casa de apostas Pixbet, o clube receberá, anualmente, R\$ 85 milhões<sup>26</sup>.

Ainda que essas cifras milionárias não sejam a realidade da maior parte dos jogadores profissionais no Brasil, o faturamento elevado da indústria gerada pelo futebol de alto nível também se reflete nos expressivos salários recebidos pelas grandes estrelas da Série A do futebol brasileiro. Alguns dos jogadores mais bem pagos do Brasil, como o Gabriel Barbosa Almeida (Gabigol), do Flamengo e o Eduardo Pereira Rodrigues (Dudu) do Palmeiras recebem, mensalmente, salários na casa dos milhões de reais<sup>27</sup>.

No entanto, por trás deste glamour e deste dinheiro vultoso, existe uma outra realidade que envolve o futebol, que muitas vezes passa despercebida pelos grandes meios de comunicação: o futebol amador ou o futebol de “várzea”, como é mais conhecido. Essa modalidade geralmente é realizada em zonas periféricas, a partir de uma infraestrutura

relativamente precária, devido ao baixo investimento e ao fato de ser praticada pelas partes mais desfavorecidas da sociedade. A maior parte dos jogadores de várzea são formados por pessoas que não conseguiram ascender profissionalmente e subjugaram-se ao futebol amador, ou mesmo pessoas que possuem outro emprego ou atividade remunerada mas investem seu esforço na prática do esporte como complemento de renda em concomitância ao lazer.

A condição precária de trabalho da maioria dos jogadores brasileiros lança luz sobre a realidade muitas vezes negligenciada dos jogadores de várzea. Estes atletas, comumente os pilares do futebol local, enfrentam desafios monumentais em suas jornadas esportivas. Com acesso limitado a recursos adequados, instalações precárias e poucas oportunidades de treinamento formal, eles personificam a paixão desenfreada pelo jogo. Apesar das adversidades, a resiliência, habilidade natural e o amor pelo esporte desses jogadores são inegáveis, destacando que o futebol de várzea pode atuar em um sentido mais amplo do que apenas uma simples mercadoria.

Desde que o futebol chegou ao Brasil a várzea representou um símbolo de resistência da periferia, dado que a prática do esporte, sobretudo no início do século XX, era extremamente elitista e segregacionista<sup>28</sup>. O nome “várzea” remete aos campos de terra que

<sup>25</sup> O patrocínio master refere-se ao principal patrocinador de um clube durante determinado período de tempo.

<sup>26</sup> Souza, Antonio. **Com Vai de Bet, Corinthians lidera lista com maior patrocínio do futebol brasileiro; veja ranking.** Exame, 2024. Disponível em: <https://exame.com/esporte/com-vai-de-bet-corinthians-lidera-lista-com-maior-patrocínio-do-futebol-brasileiro-veja-ranking/>. Acesso em: 09 abr. 2024.

<sup>27</sup> Redação. **Dudu ou Gabigol? Veja os maiores salários do futebol brasileiro.** R7, 2021. Disponível em: <https://esportes.r7.com/futebol/fotos/dudu-ou-gabigol-veja-os-maiores-salarios-do-futebol-brasileiro-01092021/#/foto/3>. Acesso em: 09 abr. 2024.

<sup>28</sup> Rosas, Frederico. **Da elite branca ao rei negro.** El País, 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/12/deportes/1402597598\\_180020.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/12/deportes/1402597598_180020.html). Acesso em: 09 abr. 2024.

ficavam à margem do rio Tietê, na cidade de São Paulo, que devido aos alagamentos recorrentes, moldavam os campos de forma a favorecer a prática do futebol de maneira improvisada<sup>29</sup>.

Desde esse tempo, os jogos de várzea atuam como uma excelente ferramenta de interação entre os membros de uma comunidade local e uma forma de afirmação de práticas culturais de determinada região. Em muitas áreas urbanas, o futebol de várzea não é apenas um jogo, mas uma tradição profundamente enraizada que une pessoas de diferentes origens socioeconômicas e culturais. Os campos de várzea servem como pontos de encontro onde vizinhos se reúnem para torcer por seus times locais, promovendo um senso de pertencimento e camaradagem. Além disso, essa prática proporciona oportunidades de lazer e atividade física em espaços acessíveis, contribuindo para a saúde e o bem-estar das comunidades.

O futebol de várzea também desempenha um papel significativo na economia local de muitas comunidades, especialmente na periferia, onde o esporte é uma atividade amplamente praticada e apoiada. As partidas de futebol de várzea não só atraem participantes locais, mas também espectadores de toda a região, gerando um fluxo constante de pessoas que

<sup>29</sup> Garcia, Cecília. **O futebol de várzea em São Paulo e o direito à cidade**. Educação e território, 2018. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/o-futebol-de-varzea-em-sao-paulo-e-o-direito-cidade/#:~:text=A%20Barra%20Fundada%20de%20baixo,o%20carnaval%20ou%20festividades%20religiosas>. Acesso em: 09 abr. 2024.

frequentam os campos, compram alimentos e bebidas em estabelecimentos próximos e utilizam serviços de transporte local<sup>30</sup>.

Ademais, esses campeonatos muitas vezes envolvem taxas de inscrição e patrocínios de empresas locais, injetando capital na economia da área. A presença de equipes de futebol de várzea também pode estimular o empreendedorismo da região, com a venda de equipamentos esportivos, uniformes personalizados e outros produtos relacionados ao esporte. Portanto, o futebol de várzea não apenas promove a coesão social e a identidade cultural, mas também desempenha um papel ativo na dinamização da economia local, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde é praticado.

Um exemplo notório do potencial econômico dos campeonatos de várzea é a Taça das Favelas<sup>31</sup>. O torneio, após mais de 20 edições, conseguiu atrair diversos patrocinadores ao longo de sua existência e suas finais são transmitidas em rede nacional pela Rede

<sup>30</sup> Redação. **Futebol de várzea: conheça histórias de paixão com o Profissão Repórter**; assista à íntegra. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2022/10/26/futebol-de-varzea-conheca-historias-de-paixao-com-o-profissao-reporter-assista-a-integra.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2024.

<sup>31</sup> Torneio organizado, desde 2012, pela Central Única das Favelas (CUFA)

Globo<sup>32</sup>. No entanto, essa é uma exceção dentre a realidade da maioria dos campeonatos de várzea no Brasil.

É importante destacar que o futebol de várzea, sobretudo, cumpre um papel de preservação de culturas regionais que se vêem constantemente ameaçadas. Um exemplo disso é o Complexo Esportivo de Lazer e Cidadania do Campo de Marte, que, situado na turbulenta São Paulo, emerge como um oásis de resistência em meio a um cenário urbano em constante transformação. Segundo Otacílio Ribeiro, representante do complexo: "A área é remanescente da várzea antiga de São Paulo, na beira do Tietê. Da Lapa à Penha, existiam mais de 100 campos de várzea. Isso foi o que restou da várzea de São Paulo, pelo menos na região mais central da cidade"<sup>33</sup>.

Esses campos, ao serem palcos de partidas acirradas, são também testemunhas da história local, refletindo a identidade e os valores das comunidades que os frequentam. Nesse contexto de crescente urbanização e perda de espaços públicos, o Campo de Marte conta,

atualmente, com 6 campos de várzea e torna-se um símbolo de resistência, devido às pressões do desenvolvimento urbano desenfreado e à crescente especulação imobiliária.

Assim, apesar dos grandes campeonatos profissionais de futebol no Brasil movimentarem uma elevada quantidade de recursos e serem amplamente divulgados nos grandes meios de comunicação, o futebol de várzea é uma excelente ferramenta de apoio às economias locais e de integração sócio-cultural. Ao preservar os campos de várzea, o complexo não apenas mantém vivas as tradições esportivas, mas também protege a essência e a coesão das comunidades, que encontram nesses espaços um refúgio de identidade e pertencimento.

<sup>32</sup> BOMFIM, Carlos. **Favelão: torneio de futebol de várzea no Rio virou o maior do mundo e atraiu grandes patrocinadores**. Exame, 2022. Disponível em: <https://exame.com/negocios/taca-das-favelas-ganha-versao-nacional-e-reune-marcas-que-miram-em-publico-de-mais-de-r-180-bilhoes/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

<sup>33</sup> SACHETO, CESAR; Padin, Guilherme. **Campo de Marte preserva 'oásis' do futebol de várzea em São Paulo**. R7, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2022/10/26/futebol-de-varzea-conheca-historias-de-paixao-com-o-profissao-reporter-assista-a-integra.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2024.

## *Self-Made Man: a aparência da meritocracia*

*Henrique dos Anjos Moura*

*Kayky Barcelos de Oliveira*



Self Made Man. Disponível em: [https://www.reddit.com/r/wallpapers/comments/kkensr/self\\_made\\_man\\_3840x2160/?rdt=54609](https://www.reddit.com/r/wallpapers/comments/kkensr/self_made_man_3840x2160/?rdt=54609). Acesso em: 18 abr. 2024.

A principal obra da escultora americana contemporânea Bobbie Carlyle é “*Self-Made Man*”, a qual retrata um homem esculpindo seu próprio corpo a partir de uma pedra bruta. Na base da imagem de bronze de 10 metros de altura, destaca-se uma inscrição que diz: “Homem se esculpindo em pedra, esculpindo seu caráter, esculpindo seu futuro”.<sup>34</sup> O título da escultura tem inspiração em uma fala do senador estadunidense Henry Clay, o qual afirmou, em um discurso no senado norte-americano, em 1832, que os manufactureiros da época eram verdadeiros “*self-made man*”, ou seja, indivíduos cujo sucesso

<sup>34</sup> MUTUALART. MutualArt. **Bobbie Carlyle, Biografia**. Disponível em: <https://www.mutualart.com/Artist/Bobbie-Carlyle/B4C3CA2353F52D27/Biography>. Acesso em: 18 abr. 2024.

era consequência unicamente dos seus próprios esforços.<sup>35</sup> Desde então, o termo passou a ser associado ao empreendedorismo, sendo utilizado para se referir àquelas pessoas que, apesar da pobreza e das dificuldades, alcançaram grandes conquistas na vida com seus próprios esforços e que hoje podem ser consideradas “*cases*” de sucesso.

Entre os maiores exemplos de “*self-made man*” contemporâneos, destacam-se nomes como Mark Zuckerberg (cofundador do Facebook), Steve Jobs (fundador da Apple) e o apresentador televisivo Silvio Santos, sendo este o principal expoente desse arquétipo no Brasil. Essas e tantas outras histórias de superação fortalecem o pensamento meritocrático de que, independente da origem de cada pessoa, com trabalho duro e determinação é sempre possível chegar ao sucesso. Apesar de, em um primeiro momento, tal ideia aparentar ser motivadora e virtuosa, ela oculta uma série de fatores sócio-históricos e se mostra, mais profundamente, como fruto da própria lógica capitalista.

<sup>35</sup> FEIGHT, ANDREW. **Treber Inn, Henry Clay & the “self-made man” on Old Zane’s Trace**. Scioto Historical. Disponível em: <https://sciotohistorical.org/items/show/39?tour=7&index=9>. Acesso em: 18 abr. 2024.

O discurso meritocrático, ao longo do processo histórico de avanço das forças produtivas, tomou diferentes formas, sendo reflexo da própria mudança estrutural do modo de produção e das novas formas de sujeição ao capital na sociedade. O modo de produção burguês, que se estabeleceu em solo norte-americano no fim do século XVIII, possibilitou a criação de uma nova classe de capitalistas, fruto de um processo de financeirização e centralização dos capitais<sup>36</sup>. No momento em que os Estados Unidos se alçaram ao posto de *hegemon*<sup>37</sup>, após a Segunda Guerra Mundial, sua influência cultural e ideológica no mundo ocidental auxiliou na construção do novo arquétipo do homem bem-sucedido<sup>38</sup>. Sob a hegemonia estadunidense, a personificação do “homem de sucesso” passou do simples pioneiro fabril para o tecnocrata, representante da classe financeira e empresarial de Wall Street. Sendo assim, o aclamado “sonho americano” foi amplamente difundido, corporificado na figura do *self-made man* e adaptado à forma da acumulação de capital neste momento histórico<sup>39</sup>.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Carlos de. **O Capitalismo Atrasado. In: O Processo de Industrialização - Do Capitalismo Originário ao Atrasado.** Repositório UNICAMP, 1985. p. 165-254.

<sup>37</sup> Termo original do Latim, empregado por David Harvey em “O Novo Imperialismo” para simbolizar o país “líder” ou “hegemônico”.

<sup>38</sup> CASTELLANO, Mayka; BAKKER, Bruna. Renovações do self-made man: meritocracia e empreendedorismo nos filmes “À procura da felicidade” e “A rede social”. **Ciberlegenda**, p. 32-43, abril 2015.

<sup>39</sup> HARVEY, David. **Como o poder Norte-Americano se expandiu. In: O Novo Imperialismo.** Edições Loyola, 2004. p. 31-76.

Após a crise dos anos 1960/70, a narrativa neoliberal tomou os holofotes do debate econômico decorrente das mudanças daquele período, em que se esgotaram as formas de acumulação de capital que garantiram os aclamados “anos dourados do capitalismo ocidental”. Assim, a dinâmica do mercado auto-regulador e eficiente proporcionou uma alteração no *status quo* de funcionamento do modo de produção, causando mudanças consideráveis na forma de vida, de socialização e de interpretação da realidade social. Esse processo deu origem, então, a um novo sujeito que emergia nessa sociedade, um ser autônomo, isolado, “formado na lógica do desempenho e gozo”<sup>40</sup>.

A fase atual do *self-made man* é marcada pelo indivíduo atomizado e empreendedor de si mesmo, sendo não mais a imagem do trabalhador braçal, mas do vendedor de si e de sua ideia como um produto: a expertise. O discurso permeia a forma de reprodução da vida material na fase neoliberal do capital, tendo em mente que é causado pelo acirramento da divisão do trabalho, ou seja, da necessidade de colocar-se sempre à frente no mercado laboral como mão de obra mais qualificada.

É preciso notar que a lógica meritocrática, amplamente difundida na sociedade, aparece, em primeiro momento, como algo natural. No entanto, em uma análise mais aprofundada das relações sociais que compõem o modo de

<sup>40</sup> DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **O Homem Empresarial. In: A Nova Razão do Mundo.** Boitempo, 2016. p. 133-156.

produção em que vivemos, é possível observar que tal apelo é, ao nosso ver, uma condição específica do capitalismo e necessária para justificar a subjugação do trabalho ao capital<sup>41</sup>, principalmente na contemporaneidade. Tal processo foi acentuado no momento da transição do Estado de bem-estar social para o capitalismo neoliberal, a partir do início da década de 1970, a qual lançou os indivíduos em sua forma atomizada, dado o desmantelamento da proteção social. É notável a presença de tais discursos no cotidiano, visto que estes desempenham papel fundamental na forma de reprodução do capital e, portanto, no modo de vida na sociedade burguesa.

Certamente, um dos principais malefícios da figura do *self-made man* nos dias atuais é a justificação, e até mesmo a naturalização, da desigualdade. Afinal, se o sucesso e a riqueza são proporcionais aos esforços pessoais, a diferença entre ricos e pobres torna-se que os primeiros trabalharam mais que os últimos. Assim, o êxito de exceções, como os já citados Mark Zuckerberg e Silvio Santos, é tomado como regra e cria-se uma utopia em que todos os indivíduos podem ficar ricos apenas com trabalho duro, e que se ainda não o são, é porque não se esforçaram o suficiente. Fica, então, o questionamento: se 60% da população brasileira, segundo a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda vive com até um

<sup>41</sup> SILVA, Ederson Duda da. A meritocracia como modo de vida: uma análise crítica à luz da tradição marxista. *Sociologias Plurais*, v. 9, n. 1, p. 33-62, 2023.

salário mínimo<sup>42</sup>, seria o Brasil um país de preguiçosos? Estariam essas milhões de pessoas trabalhando pouco?

À vista disso, o historiador e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Sidney Chalhou, ao tratar das críticas relativas à inclusão das cotas étnico-raciais no vestibular da Unicamp, afirmou que “a meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade”<sup>43</sup>. Quando ocultamos as infundáveis variáveis materiais que influenciam o êxito dos indivíduos e resumimos todo o sucesso à esfera comportamental, cria-se, então, uma ideologia que serve apenas para culpabilizar os pobres e justificar a riqueza dos ricos.

Assim, o discurso meritocrático permeia as relações sociais e banaliza a solidariedade, alimentando o próprio modo de produção com a suposta possibilidade de ascensão social a partir

<sup>42</sup> CARNEIRO, Luciane. **60% dos brasileiros vivem com até 1 salário mínimo por mês**. Globo, Valor Investe. Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2023/12/06/60percent-dos-brasileiros-vivem-com-ate-1-salario-minimo-por-mes.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2024.

<sup>43</sup> FILHO, Manuel Alves. "A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, diz Sidney Chalhou". *Jornal da UNICAMP*. Campinas, 07 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhou>. Acesso em: 18 abr. 2024.

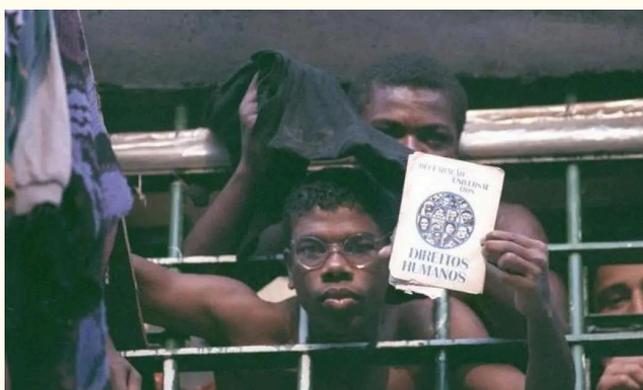
do esforço individual. Quando não há mais a exposição clara da dicotomia entre capital e trabalho, o próprio indivíduo e sua ideia se confundem, de forma que o cidadão dá lugar a um “empreendedor” em tempo integral. Conclui-se, então, que na verdade a meritocracia difundida no cotidiano normatiza e sistematiza a exploração e a desigualdade, frutos do próprio modo de produção.

O elemento contraditório nos revela que, por mais que o indivíduo se esforce, sem as pré-condições necessárias ele não será capaz de modificar a sua realidade. O Steve Jobs não poderia ter criado a sua linha de smartphones sem o maciço investimento estatal nas redes de tecnologia e informação, bem como o Silvio Santos jamais poderia ter ascendido ao posto de expoente televisivo sem o mesmo. Assim, por trás das ascensões sociais estão uma série de mudanças estruturais, qualitativas e sociais que diferenciam cada processo histórico, sendo o empenho individual apenas mais um componente desse emaranhado de fatores. Podemos objetivar, portanto, que o discurso meritocrático é, em sua essência, um processo alienante, visto que nem o maior *self-made man* poderia ter se construído sozinho.

## *Privatização dos presídios: uma face cruel do neoliberalismo*

*Gustavo Gomes de Almeida*

*João Henrique Nascimento*



ISMAIL, Jamil. Presidiário segurando a Declaração Universal dos Direitos Humanos no Carandiru em 1991. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2022/10/01/desde-massacre-do-carandiru-presidios-so-pioraram>. Acesso em: 24 abr de 2024.

### ***A Vida É Desafio***

#### ***Racionais MC's, Afro-X***

*Sempre fui sonhador, é isso que me mantém vivo*

*Quando pivete, meu sonho era ser jogador de futebol*

*Vai vendo!*

[...]

*Porém o capitalismo me obrigou a ser bem sucedido*

*Acredito que o sonho de todo pobre, é ser rico*

*Em busca do meu sonho de consumo*

*Procurei dar uma solução rápida e fácil pros meus*

*problemas:*

*o crime*

De acordo com o levantamento da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), o número de encarcerados no sistema prisional brasileiro, em junho de 2023, era de 644,7 mil

em celas físicas e 190,1 mil em prisões domiciliares, somando um total de 834,8 mil indivíduos privados de liberdade<sup>44</sup>. Esse número mostra um crescimento de 44% da população carcerária nos últimos 10 anos, visto que, em dezembro de 2013, o quantitativo de detentos era de 581,5 mil. É interessante notar que a alta desse índice no Brasil coincide com o aprofundamento das políticas neoliberais.

Segundo o psicanalista e filósofo, Vladimir Safatle, um dos critérios que diferem o neoliberalismo do liberalismo clássico é que o primeiro não busca realizar um cálculo de prazer com o mínimo de desprazer, todavia utiliza do sofrimento humano para extrair mais produção econômica<sup>45</sup>. Desse modo, tendo em vista o aumento da população carcerária no

<sup>44</sup> SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. **SENAPPEN lança Levantamento de Informações Penitenciárias referentes ao primeiro semestre de 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-primeiro-semester-de-2023> Acesso em: 24 abr. 2024

<sup>45</sup> ÁVILA, Alana Aragão. SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S; DUNKER, C. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S; DUNKER, C. (Org.). São Paulo: Autêntica, 2020. 286 p. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 241-245, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/86458>. Acesso em: 24 abr.. 2024.

Brasil, pode-se afirmar que o setor que gere o sofrimento nos presídios se mostrou um mercado potencialmente lucrativo para a implementação de empresas privadas, algo que já ocorreu em outros países, em especial nos EUA.

Esse modelo de política neoliberal foi implementado no governo de Ronald Reagan, quando foi presidente entre 1981 e 1989, empregando inúmeras reformas, sendo uma delas no sistema carcerário. A primeira prisão privada nos EUA foi construída em 1984 e, desde então, a indústria do encarceramento movimenta cerca de US\$5 bilhões a cada ano<sup>46</sup>. Na última década, o setor privado relacionado aos presídios nos EUA não deixou de lucrar, recebendo incentivos fiscais, aporte do mercado financeiro e dando manutenção às condições precárias dos detentos, como a redução da quantidade de guardas, os serviços de saúde piores em comparação aos relatados aos fiscais estaduais, a comida estragada e com larvas, além de problemas com o transporte dos detentos, em que casos de abusos sexuais foram relatados<sup>47</sup>. Cabe, assim, ponderar o questionamento: há espaço para a busca desenfreada pelo lucro em um setor que deveria ser concebido para ressocialização dos indivíduos?

<sup>46</sup> Nos EUA, penitenciárias privadas estão lucrando mesmo com a queda de detentos. Poder 360, 2019. <https://www.poder360.com.br/internacional/nos-eua-penitenciarias-privadas-estao-lucrando-mesmo-com-a-queda-de-detentos/>. Acesso em 24 abr. 2024.

<sup>47</sup> CARVALHO, Luísa. População carcerária cresce nos EUA e no Brasil. Poder 360, 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/seguranca-publica/populacao-carceraria-cresce-nos-eua-e-no-brasil/> Acesso em: 24 abr. 2024.

Para o governo Lula-Alckmin<sup>48</sup>, a resposta da pergunta acima é afirmativa, haja vista que, no ano de 2023, o atual Governo Federal revogou o Decreto n° 8.874/2016, do governo de Michel Temer que não considerava como prioridade das parcerias público-privadas (PPPs) a atuação sob os presídios<sup>49</sup>. Porém, após a modificação efetuada pelo governo, com o aval do Ministro da Fazenda Fernando Haddad, o novo decreto passou a incluir as penitenciárias como uma das prioridades no processo de privatização. O documento, inclusive, autoriza a emissão de debêntures<sup>50</sup> para permitir que empresas adquiram capital no mercado financeiro para a construção de presídios.<sup>51</sup>

Em sequência à nova deliberação do governo, foi noticiado que o presídio de Erechim (RS), após um leilão na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), passou por um processo de privatização no qual a empresa receberá, por meio da parceria público-privada, cerca de R\$233 por dia para cada indivíduo preso<sup>52</sup>. Nesse sentido, cabe

<sup>48</sup> Termo utilizado para descrever o governo vigente na presidência (2023-2026).

<sup>49</sup> GILBERTO, João. MACEDO, Leonardo. **Privatização dos presídios aumentará o lucro dos ricos**. A Verdade, 2024. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/04/privatizacao-dos-presidios-aumentara-lucro-dos-ricos/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

<sup>50</sup> Títulos de dívida que geram um direito de crédito ao investidor.

<sup>51</sup> AMOROZO, Marcos. **“Privatização de presídios abre espaço para crime organizado”, diz Silvio Almeida sobre o decreto das PPIs**. CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/privatizacao-de-presidios-abre-espaco-para-o-crime-organizado-diz-silvio-almeida-sobre-decreto-de-ppis/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

<sup>52</sup> REDAÇÃO. **Cadeia privatizada: empresa ganhará R\$233 por preso por dia no Rio Grande do Sul**. Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/06/cadeia-privatizada-empresa-ganhara-r-233-por-presos-por-dia-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 22 abr. 2024.

observar que quanto mais presos a corporação mantiver dentro das casas de detenção, maior será o seu lucro.

Dentro desse contexto, a política de privatização dos presídios não está colocada como um fato histórico isolado, sendo ela parte de um vasto conjunto de reformas neoliberais que acometem o Estado brasileiro desde o início dos anos de 1990, sendo condicionante para a dominação do capital internacional. Para a professora do departamento de economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Marisa Amaral, o avanço do neoliberalismo e a inserção das economias periféricas na lógica mundial de acumulação capitalista corroborou para o aprofundamento da dependência existente nos países da América Latina, em um contexto de nova fase do imperialismo.<sup>53</sup> Cabe, dessa maneira, observar que a política de esvaziamento do campo de influência do Estado, visando o avanço do capital financeiro, é um projeto que independe da política econômica aplicada, seja ela ortodoxa ou heterodoxa. Além disso, a financeirização da economia tem como uma das suas faces a política de austeridade fiscal, possivelmente a mais sensível para a população vulnerabilizada. Nesse âmbito, é preciso destacar, com preocupação, as possíveis consequências desse avanço da política neoliberal, sobre o setor penitenciário, para os grupos que mais sofrem com essas medidas: a população negra, jovem e

periférica. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) relatou que, em 2005, os negros representavam cerca de 58,4% da população carcerária, enquanto brancos eram 39,8%. Em 2022, a população carcerária negra chegou a 67,5%, enquanto a de brancos, caiu para 30,4%. A população negra vivendo em cárcere aumentou em 381,3%, bem superior se comparada com a de presos brancos, que aumentou em 215%<sup>54</sup>. Sendo assim, no Brasil, prende-se cada vez mais, porém, cada vez mais pessoas negras. Portanto, é possível inferir que há uma forte desigualdade racial no sistema prisional, que se expõe não somente nos dados apresentados, mas também no cotidiano das ações do sistema punitivo, que é base da reprodução capitalista. Com isso, os incentivos à privatização tenderão a elevar as taxas de encarceramento e aprofundar as precariedades do sistema, tornando os corpos negros e criminalizados, que compõem o alvo preferencial do sistema punitivo, fonte de lucro à iniciativa privada.

Contrário a essa medida, o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, afirmou que “a privatização, seja de presídio, seja do sistema socioeducativo, abre espaço para infiltração do crime organizado”, pelo fato de ampliar o número de jovens periféricos entrando num sistema carcerário precarizado e corrompido. Segundo o ministro, essa medida não tornou os presídios melhores em lugar nenhum no mundo e há uma tendência

<sup>53</sup> AMARAL, Marisa. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

<sup>54</sup> LUCENA, André. **População negra encarcerada chega ao maior nível da série histórica**. Carta Capital, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/populacao-negra-encarcerada-chega-ao-maior-nivel-da-serie-historica/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

de se tornar uma política de privatização da execução penal, na qual uma empresa cuidará dos deveres dos presos.<sup>55</sup>

Enxergando o potencial destrutivo das PPPs, o doutor em economia, Paulo Kliass, reiterou que “a transformação de presídios em objeto de acumulação de capital coloca o encarceramento como elemento fundamental para a obtenção de receitas pelo investidor em busca de seu lucro”.<sup>56</sup> Medidas de corte de gastos públicos encaminham setores estratégicos, entre eles o sistema carcerário, para o domínio do investimento privado, onde as privatizações tornam-se uma das principais formas de angariamento de recursos para o Estado. À vista disso, cabe ressaltar que a privatização dos presídios não é, de forma alguma, uma possibilidade de resolução dos problemas do sistema carcerário. Enfrentar as privatizações é enfrentar a política neoliberal e esta só poderá ser derrotada com um projeto político que verdadeiramente tenha caráter de mudança estrutural e que atenda aos interesses populares.

---

<sup>55</sup> AMOROZO, Marcos. “Privatização de presídios abre espaço para crime organizado”, diz Silvio Almeida sobre o decreto das PPIs. CNN Brasil. CNN, 2024. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/privatizacao-de-presidios-abre-espaco-para-o-crime-organizado-diz-silvio-almeida-sobre-decreto-de-ppis/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

<sup>56</sup> KLIASS, Paulo. PPPs: A armadilha que o governo montou para si. Outras Palavras, 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/ppps-armadilha-que-o-governo-montou-para-si/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

## *Cannabis: uma questão de saúde pública*

*Ana Carolina de Paula Simões*

*Gabriel Matheus Ferreira Santos*



Dando um rolê na Marcha da Maconha. Disponível em: <https://jornalcomunicacao.ufpr.br/dando-um-rolê-na-marcha-da-maconha/>. Acesso em: 16 maio 2024.

*“Enquanto uns choram, outros vem e os devoram.*

*O meu pensamento não é como o seu.*

*Tabaco ou maconha, o que te envergonha?”*

*Mantenha o respeito - Planet Hemp*

Na música "Mantenha o Respeito", de 1995, o grupo musical Planet Hemp critica o caráter conservador da população brasileira em relação à maconha. Fato é, no entanto, que desde então essa postura conservadora tem permanecido predominante, mesmo com a intensificação dos estudos sobre o uso medicinal da cannabis, os quais têm revelado significativos resultados positivos no campo da saúde.

É necessário observar, no entanto, que tal preconceito é um fenômeno de nossa era, sendo a utilização terapêutica desta erva muito mais antiga. Ela foi uma das primeiras plantas cultivadas pela espécie humana, empregada ao longo da história para fins ritualísticos, comerciais e medicinais. Destacam-se, por

exemplo, evidências arqueológicas do seu cultivo na China de 8000 a.C. A *cannabis* foi classificada como medicamento muito antes da era moderna, tida como eficaz no tratamento de epilepsia, dores e processos inflamatórios pelo considerado pai da farmacologia, Pedânio Dioscórides. Até o início do século XX, as farmácias norte-americanas vendiam remédios à base de *cannabis* e ela estava incluída no código oficial farmacêutico norte-americano, período em que era consumida por grupos de minorias sociais: árabes, chineses, mexicanos e afrodescendentes.<sup>57</sup>

Esse perfil dos consumidores da maconha foi um dos motivos para o início das campanhas de criminalização nos Estados Unidos. Em 1910, ocorreu uma migração em massa de fugitivos da Revolução Mexicana. Esses imigrantes eram associados ao consumo de *cannabis*, fato que serviu como justificativa para a prisão e a deportação desses grupos minoritários.<sup>58</sup> Além disso, outra questão importante para essa criminalização foram os interesses econômicos. As indústrias de algodão e de *nylon*, por exemplo, estimularam campanhas proibicionistas, motivadas pela utilização da

<sup>57</sup> GRIECO, Mario. **Cannabis medicinal: baseado em fatos**. Rio de Janeiro: Agir, 2021.

<sup>58</sup> *Ibidem*

*cannabis* como uma fibra para produzir tecidos, cordas, roupas e papel.<sup>59</sup>

Durante o século XX, as campanhas antidrogas se espalharam por outros países que tinham influência norte-americana, sendo o Brasil um deles. Os negros, no cenário brasileiro, foram o público associado à maconha e, em 1929, ela foi classificada como uma droga ilícita<sup>60</sup>. Dentro desse contexto, tal campanha proibicionista criou no imaginário popular, por meio de aparelhos ideológicos e midiáticos que persistem até hoje, uma imagem da *cannabis* como um grande mal que deve ser combatido. Essa construção ideológica, desde então, justifica a violência policial, a chacina nas favelas, o superencarceramento e outras graves consequências.

Dessa maneira, emergiu uma considerável barreira à permanência da utilização da *cannabis* enquanto agente terapêutico, em especial, no que tange aos seus princípios ativos, tetraidrocannabinol (THC) e canabidiol (CBD)<sup>61</sup>, os quais, não obstante os progressos na medicina, persistem enquanto uma das poucas opções para atenuar os sintomas associados a uma diversidade de doenças, como Alzheimer, Parkinson, isquemias cerebrais e artrite reumatoide. Não apenas como uma das opções, mas como uma das mais eficientes. O CBD, por exemplo, não induz à dependência nem provoca efeitos adversos, como sonolência, tontura, comprometimento da memória, ansiedade e

outras manifestações sintomáticas comuns em fármacos ansiolíticos.<sup>62</sup>

E é justamente devido a essa excelência enquanto agente terapêutico que uma miríade de cidadãos confrontam o proibicionismo na busca por um tratamento digno. Tal é o caso de muitas mães e pais que batalham para garantir o acesso a medicamentos à base de *cannabis* para tratar doenças que acometem os seus filhos. Ayan, por exemplo, é uma criança de seis anos que experimentava até 5 episódios de epilepsia por dia, até que a sua mãe, Keila, conseguiu aprovação para utilizar a *cannabis* medicinal. A partir desse momento, o seu filho permaneceu livre de crises por mais de 220 dias seguidos. Apesar desse sucesso terapêutico, Keila reporta a persistência do estigma por parte de outras mães, professoras e até mesmo membros da comunidade médica.<sup>63</sup>

Apesar disso, há importantes iniciativas atuais em matéria de avanço no uso da *cannabis* medicinal, como é o seu uso por atletas profissionais. Um marco para esse tipo de tratamento foi a retirada do CBD em 2018, pela Agência Mundial Antidoping, da lista de substâncias proibidas no esporte. Os outros

<sup>62</sup> FRIAS, Eduardo *et al.* **O uso terapêutico do Canabidiol (CBD) em quadros de ansiedade e depressão: uma revisão bibliográfica.** São Paulo: 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/cda0f6ca-4a7a-430b-9127-cd1ff512b5a2>. Acesso em: 14 maio 2024.

<sup>63</sup> VIEIRA, Maria. **"Mães do canabidiol" lutam por remédio e contra o preconceito.** Piauí, 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/maes-do-canabidiol-lutam-por-remedio-e-contra-o-preconceito/#:~:text=Eu%20precisei%20intervir,t%C3%AAm%20algum%20transtorno%20de%20desenvolvimento.> Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>59</sup> *Ibidem*

<sup>60</sup> *Ibidem*

<sup>61</sup> *Ibidem*

compostos da *cannabis*, porém, continuam vetados.

Esses avanços, no entanto, não se dão de maneira uniforme no mundo. Enquanto na Europa e nos EUA tal questão se apresenta mais avançada, no Brasil, raros são os casos de atletas que utilizam a *cannabis*. Um desses casos é o do atleta capixaba Bruno Altoé<sup>64</sup>, ex-atleta da Seleção Brasileira de Judô, atleta de Jiu-Jitsu e campeão mundial em 2024. Hoje, ele é patrocinado pela Carmen's Medicinal, empresa que promove produtos de terapia canabinoide, uma vez que o esporte profissional gera consequências na saúde física e mental.

Altoé afirmou que o uso do CBD resolveu diversos problemas. Acabou com a insônia, que era decorrente dos treinos à noite; tratou a azia crônica; e auxiliou na recuperação dos treinos. Consequentemente, o retirou do ciclo vicioso dos medicamentos alopáticos, como anti-inflamatórios e relaxantes musculares. Fato importante, pois os remédios alopáticos podem causar, se utilizados em grande regularidade (que é o que ocorre com atletas e pessoas com doenças crônicas) a dependência, a obesidade, o “sono artificial” (sem qualidade), a perda de memória e demais consequências. O atleta, em entrevista, afirmou: “Tenho uma vida muito melhor, muito mais saudável e tenho muito mais performance dentro do esporte.”

Apesar dessa relevância terapêutica, o que prevalece hoje é, sem dúvida, o preconceito, a

<sup>64</sup> ALTOÉ, Bruno. A trajetória no esporte e o uso de CBD em atletas. Vitória, 2024. Entrevista concedida a Ana Carolina de Paula Simões.

desinformação e as dificuldades de acesso à *cannabis*, sendo uma das principais a burocracia. A utilização desses medicamentos, por exemplo, deve possuir aprovação de pedido pela Agência de Vigilância Sanitária. Além disso, segundo a legislação brasileira, a importação, a fabricação e a prescrição para fins medicinais devem seguir uma série de requisitos e procedimentos segundo a RDC nº 327<sup>65</sup>, que, se por um lado, asseguram certa segurança e a qualidade, criam também grandes obstáculos para o uso.

Uma das consequência dessa legislação sobre drogas é o alto preço dos medicamentos, causado pela necessidade de importação. Entretanto, existem ONGs criadas recentemente com o intuito de promover o acesso do medicamento às famílias de baixa renda e que, além disso, fomentam pesquisas. Um exemplo disso é a Abrace Esperança, que foi autorizada pela justiça, em 2017, para o cultivo e o fornecimento dos derivados da *cannabis*.<sup>66</sup>

Outra iniciativa relevante é aquela planejada pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Nos planos da instituição, está prevista a criação de um centro de testes de *cannabis*, fruto de uma parceria interdisciplinar entre médicos, psiquiatras, psicólogos e químicos. Esse centro

<sup>65</sup> BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada N 327. Diário Oficial da União, Poder executivo, Brasília, DF, 11 dez. 2019. Seção 1, p. 194. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-da-diretoria-colegiada-rdc-n-327-de-9-de-dezembro-de-2019-232669072>. Acesso em: 15 maio. 2024.

<sup>66</sup> Abrace Esperança. Disponível em: <https://abracesperanca.org.br/>. Acesso em: 16 maio 2024.

terá como objetivo realizar testes e certificar a qualidade de medicamentos à base de CBD<sup>67</sup>.

Além disso, a possível legalização da *cannabis* implicaria não apenas em avanços no campo medicinal, mas também em significativos ganhos econômicos. Pesquisas indicam que a legalização promoveria um aumento do emprego nos setores agrícola e comercial, impulsionados pela abertura desse novo mercado lucrativo<sup>68</sup>. Adicionalmente, estima-se uma arrecadação de R\$8 bi em impostos no período de quatro anos após a legalização<sup>69</sup>.

Por todas essas razões, não podemos chegar à outra conclusão que não a inadequação da atual política de drogas para o trato dessas problemáticas. Da segurança à saúde pública, a solução é a legalização.

*“Me contem, me contem aonde eles se escondem  
Atrás de leis que não favorecem vocês  
Então por que não resolvem de uma vez?  
Ponham as cartas na mesa e discutam essas leis”*

*Mantenha o respeito - Planet Hemp*

<sup>67</sup> NUNES, Aline. **Ufes planeja centro para desenvolver remédios e teste de canabidiol**. A gazeta, 2024. Disponível em:

<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/ufes-planeja-centro-para-desenvolver-remedios-e-teste-de-canabidiol-0524>.

Acesso em: 16 maio 2024.

<sup>68</sup> SÓTER, Cecília. **Legalização da maconha aumenta oportunidades de emprego no setor agrícola**. Correio Braziliense, 2023. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/01/5-063489-legalizacao-da-maconha-aumenta-oportunidades-de-emprego-no-setor-agricola.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>69</sup> DIAS, Gabriel. **Quanto o Brasil poderia arrecadar em impostos com a legalização da maconha?** UOL, 2023. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/16/quanto-o-brasil-poderia-arrecadar-em-impostos-com-a-legalizacao-da-maconha.amp.htm>. Acesso em: 15 maio 2024.

## Entrevista com Bruno Rodrigues Altoé

Ana Carolina de Paula Simões



Ex-atleta da Seleção Brasileira de Judô, e atualmente atleta de Jiu-Jitsu. Campeão brasileiro, campeão europeu, campeão pan-americano e campeão mundial de Jiu-Jitsu no ano de 2024.

Entrevista realizada com o atleta capixaba de Jiu-Jitsu Bruno Rodrigues Altoé, no dia 03/05/2024, pela petiana Ana Carolina de Paula Simões, como fonte de pesquisa para a Resenha Econômica n° 385: “*Cannabis*: uma questão de saúde pública”<sup>70</sup> disponível no site do Programa de Educação Tutorial de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo.

1. Como foi sua trajetória dentro do esporte?

<sup>70</sup> Os petianos Ana Simões e Gabriel Santos discutem o uso medicinal da *cannabis* e seus impactos positivos na saúde pública. A resenha aborda brevemente a história do uso da maconha, os interesses que motivaram a sua proibição, a eficácia terapêutica, as barreiras atuais ao seu uso e potenciais benefícios da legalização.

“Eu me chamo Bruno Rodrigues Altoé, sou ex-atleta da Seleção Brasileira de Judô, e atualmente sou atleta de Jiu-Jitsu, tenho como principais títulos: campeão brasileiro, campeão europeu, campeão pan-americano e campeão mundial de Jiu-Jitsu no ano de 2024. Venho fazendo uma campanha muito boa, sendo campeão brasileiro e campeão pan-americano. Iniciei a minha carreira no esporte com 13 anos de idade, por meio da influência de um amigo da escola, e estou até hoje em alto nível. O que eu mais amo é estar no tatame, estar me desenvolvendo não só como atleta, mas também como pessoa. Eu sou natural de Vitória, Espírito Santo. Comecei o judô na Academia Yamate, que é uma academia muito tradicional aqui de Vitória<sup>71</sup>. A partir daí, minha trajetória se iniciou no judô. Com dois anos de prática, eu já fui integrante da Seleção Brasileira juvenil, disputei três campeonatos mundiais na categoria Júnior. Disputei também, dois Mundiais Júnior e um Universiad, que é o Mundial Universitário, depois fui como reserva em duas Olimpíadas. Na Olimpíada de 2008, em Pequim, e na Olimpíada de 2012, em Londres. A partir daí, fiz a transição para o Jiu-Jitsu.”

<sup>71</sup> Capital do Espírito Santo.

2. Porque e como surgiu essa parceria de patrocínio com a Carmen's Medicinals<sup>72</sup>?

“A minha parceria com a Carmen's, que é uma empresa de CBD<sup>73</sup>, começou no ano de 2021, no ano em que eu fui campeão mundial de jiu jitsu na faixa roxa. Conheci a empresa Carmen's Medicinals através de um evento que teve em São Paulo, na área médica, onde eu tive a oportunidade de conhecer o *stand* da empresa, que estava sendo exposto neste evento. E aí eu conheci o Ricardo, o Juan Romero, que são os donos, um dono da Carmen's Medicinals USA e outro dono da Carmen's Medicinals Brasil, e o diretor comercial, o Marcelo. Tive a oportunidade de conhecê-los e ali já começou a parceria, que passou a migrar para um patrocínio. Hoje em dia, a patrocinadora arca com todas as minhas despesas de viagens e faz com que eu tenha a oportunidade de disputar os principais campeonatos do mundo, além de me ajudar muito na minha parte fisiológica, com o uso dos produtos, me ajuda também na parte

<sup>72</sup> A Carmen's Medicinals é uma empresa de tratamento cannabinoide, fundada em 2018 por Juan Romero nos Estados Unidos. Atua em todas as fases de produção, do plantio da Cannabis Sativa até a fabricação e também realiza pesquisas. Os produtos são importados para o Brasil de acordo com os pedidos de pacientes que estão com prescrição médica, passam por um processo de análise de documentação e aprovação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Tem o objetivo de promover a medicina preventiva, fazer parte do tratamento de patologias desde o início até fases mais avançadas e melhorar a qualidade de vida, principalmente pessoas com doenças crônicas, como o câncer.

<sup>73</sup> Canabidiol, utilizado no tratamento de epilepsia, esquizofrenia, doença de Parkinson, doença de Alzheimer, distúrbio de ansiedade, isquemias, entre outros.

financeira, nas minhas despesas de viagens para campeonatos.”

3. Você vê diferença na sua saúde e performance de antes e depois do CBD? Quais foram os benefícios? Quais medicamentos e procedimentos você deixou de utilizar por conta do CBD?

“O uso do CBD, para mim, foi como um efeito cascata. Antes, eu caía no ciclo vicioso de remédios alopáticos<sup>74</sup> que todo atleta acaba caindo, que é a utilização de anti-inflamatórios e relaxantes musculares para dor muscular, e fazia uso também de hipnótico para indução de sono quando eu estava muito agitado dos treinos. Eu também tinha um problema de azia crônica e utilizava o pantoprazol. Esses remédios faziam parte da minha vida, causavam um dano no meu organismo gigantesco e eu sentia isso no meu dia a dia. Ocorria a perda de performance por conta da utilização de remédios alopáticos. E aí comecei a utilização do recurso CBD, primeiro, com óleo e com a pomada, então, após um tempo, passei a utilizar a pomada local e o óleo antes de dormir.

O primeiro efeito foi a melhora do sono. Uma melhora radical no meu sono. Por treinar à

<sup>74</sup> Remédios alopáticos são muito comuns e são os que produzem efeitos contrários aos da doença, como anti-inflamatórios, antialérgicos e relaxantes musculares. “Podem causar, se utilizados em grande regularidade (que é o que ocorre com atletas e pessoas com doenças crônicas) a dependência, a obesidade, o “sono artificial” (sem qualidade), a perda de memória e demais consequências.”( *Cannabis: uma questão de saúde pública*. PET economia UFES, 2024.)

noite e, às vezes, ficar um pouco agitado, eu tinha dificuldade para dormir. Como os meus treinos sempre foram para alta performance, treinos muito intensos, tanto de Jiu-Jitsu, quanto de preparação física, me deixavam agitado. Então, (o CBD) regulou o meu sono e começou a me ajudar na minha recuperação muscular. Eu percebi que eu tinha um *recovery* muito melhor de um dia para o outro utilizando o óleo. Além disso, uma coisa que regulou foi a minha azia. Eu, literalmente, parei de sentir azia. Parece que tinha alguma coisa desregulada no meu organismo e, com a utilização do CBD, fez essa modulação e acabou me beneficiando de várias maneiras. Atualmente, eu não tomo mais nenhum remédio alopático, só faço utilização do CBD regularmente. Tenho uma vida muito melhor, muito mais saudável e tenho muito mais performance dentro do esporte.”

4. Como está sendo o uso do CBD hoje para atletas de Judô e Jiu Jitsu em um cenário mundial em comparação ao brasileiro?

“Hoje em dia, a gente vê o CBD em uma trajetória de franca expansão no cenário mundial. No Brasil, ainda está um pouco devagar, pois ainda há muita burocracia, um exemplo disso, é o fato de ser preciso a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para poder fazer uso do CBD. Mas, já na América (EUA) e na Europa, a gente consegue comprar o óleo, pomada nos supermercados e nas farmácias com vendas livres. Tem muita utilização em modalidade radical, modalidade de impacto, como judô,

jiu-jitsu, futebol americano, *rock*, *crossfit*, *motocross*, moto habilidade, todas as modalidades que geram dor, trauma, impacto, que trazem alguns efeitos colaterais, o CBD está sendo muito utilizado como uma forma conservadora de você fazer um tratamento no seu corpo e tende a crescer cada vez mais. Cada ano que passa a utilização das pessoas aumenta.”

- Comentário adicional à entrevista.

“Agora, fazendo um adendo, tem uma indústria que não fica nada feliz com a expansão do mercado CBD, que é a indústria de medicamentos, a indústria do fármaco. Por quê? Uma pessoa que deixa de utilizar cinco remédios fármacos para utilizar apenas um deixa de alimentar a indústria em larga escala, à medida que as pessoas forem aderindo e forem diminuindo o consumo de bens diazepínicos<sup>75</sup>, de anti-inflamatórios, de ansiolíticos, de relaxantes musculares, de remédios para azia, de remédios para várias patologias, como a

<sup>75</sup> Os Benzodiazepínicos são um grupo de medicamentos que atuam por meio da diminuição da atividade de vários neurotransmissores do cérebro, resultando em uma percepção de relaxamento mental, corporal e sono. São muito utilizados para o tratamento de epilepsia. Alguns exemplos são clonazepam, diazepam, midazolam. Porém, esses medicamentos apresentam sintomas de dependência e síndrome de abstinência com a parada abrupta, além da redução da eficácia com o uso prolongado. Afeta significativamente quem tem que usar de forma contínua causando efeitos adversos, como déficit cognitivo e demência.

AGATTI, Stefano. Benzodiazepínicos: poderosos populares e perigosos. Farmacológica. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/farmacologica/2020/11/11/benzodiazepinicos-poderosos-populares-e-perigosos/> Acesso em 13 de jun. 2024.)

fibromialgia, o câncer, o Alzheimer e milhares de patologias que podem ser tratadas através do CBD. Então, eu vejo o entrave que a indústria farmacêutica faz para tornar cada vez mais difícil, aqui no Brasil, o acesso aos produtos do CBD.

O PET Economia/UFES e a petiana Ana Simões expressam seu profundo agradecimento ao Bruno Altoé pela entrevista concedida e pela valiosa contribuição oferecida.

## *Burnout: um retrato da sociedade capitalista contemporânea*

*Hemille Barbosa Uchôa*

*Kayky Barcelos de Oliveira*



Por que Bartleby desestabiliza seu ambiente?. Disponível em:

<https://www.intramed.net/contenidover.asp?contenidoid=103327>. Acesso em: 07 de jun. de 2024.

O trabalho compreende o processo pelo qual o homem modifica o seu entorno para garantir a satisfação de suas necessidades, modificando a natureza e a si mesmo em um movimento dialético<sup>76</sup>. A forma de organização da produção na sociedade capitalista, ao subordinar o trabalho ao capital, transforma o trabalhador, de produtor de valores de uso, em reles produtor de valores de troca para a apropriação do capitalista. Tal processo revela-se antitético ao trabalho em si, o que torna o homem incompleto, alienado e subjugado a classe trabalhadora a uma situação sub-humana de desigualdade e exploração, o que se reflete nas condições adoecedoras de trabalho.

<sup>76</sup> MARX, Karl. **O processo de trabalho e o processo de valorização**. In: **O Capital**. Boitempo, 2023. p. 255-276.

Ao refletir acerca do modo em que a sociedade se organizava, John Maynard Keynes, em seu texto “Possibilidades Econômicas Para os Nossos Netos”, traçou projeções para o ano de 2030, destacando o papel que as inovações técnicas teriam na situação da classe trabalhadora. O pensador acreditava que o ganho de produtividade, a partir do avanço das forças produtivas, seria efetivo na libertação gradual dos trabalhadores. Apesar da contemporaneidade registrar cada vez mais inovações, o que se observa é uma deterioração das condições físicas e mentais dos trabalhadores, em vista da acentuação da condição exploratória e precária em que se encontram. O atual cenário, no ano de 2021, revela que cerca de 70,5% das empresas com 100 ou mais funcionários adotaram alguma medida para inovar, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>77</sup>.

<sup>77</sup> NERY, Carmen. **Mais de 70% das empresas industriais com 100 ou mais pessoas ocupadas inovaram em 2021**. Agência IBGE, 09 de fev. de 2023. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35875-mais-de-70-das-empr-esas-industriais-com-100-ou-mais-pessoas-ocupadas-inov-aram-em-2021#:~:text=O%20setor%20qu%C3%ADmico%20 lidera%2C%20com.automotores%20\(84%2C7%25\).&text=E m%202022%2C%2037%2C0%25,rela%C3%A7%C3%A3o%20 ao%20realizado%20em%202021](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35875-mais-de-70-das-empr-esas-industriais-com-100-ou-mais-pessoas-ocupadas-inov-aram-em-2021#:~:text=O%20setor%20qu%C3%ADmico%20 lidera%2C%20com.automotores%20(84%2C7%25).&text=E m%202022%2C%2037%2C0%25,rela%C3%A7%C3%A3o%20 ao%20realizado%20em%202021)>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

Defronta-se, no atual momento, uma realidade em que os avanços técnicos são utilizados, na verdade, para extrair cada vez mais da força de trabalho, de forma contrária ao que pensava Keynes. Os desenvolvimentos científico e tecnológico, ao serem submetidos à lógica de reprodução do capital, são utilizados como meios para a ampliação das taxas de lucro, não mais tendo fim em si mesmos como conhecimento puro e simples. Após o marco da Revolução Industrial, a aplicação de tais conhecimentos ao processo produtivo impulsionou a se tornarem apenas uma ferramenta para a exploração extraordinária da força de trabalho<sup>78</sup>. Percebe-se, portanto, que as inovações técnicas não são utilizadas com o intuito de libertar a classe trabalhadora de seu ofício ou de tornar completa a existência humana, mas como forma de reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção em massa de mercadorias vendáveis, ampliando as formas de exploração da classe trabalhadora em novas modalidades de produção.

Nesse sentido, a relação entre saúde mental e trabalho é variável e envolve uma interação de fatores individuais, organizacionais, sociais e econômicos. O modo de produção capitalista, ao enfatizar a produtividade e a eficiência, aumenta a pressão sobre os trabalhadores,

<sup>78</sup> CELIN, L.; CARDOSO NEVES, M. L. **Ciência, tecnologia e capitalismo monopolista. Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 215–227, 2020. DOI: 10.9771/gmed.v12i1.34567. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/34567>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

resultando em esgotamento mental e físico relacionados ao ambiente de trabalho<sup>79</sup>. Desse modo, termos como “flexibilização” e “empregabilidade” são constantes e representam grandes desafios de adaptação para a classe trabalhadora, dada a inserção dos novos modelos de produção decorrentes da evolução tecnológica. É necessário reconhecer que a forma na qual esses desafios são implantados e executados intensificam a insegurança e precariedade das condições de trabalho. De acordo com os dados da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), aproximadamente 30% dos trabalhadores brasileiros sofrem com a Síndrome de Burnout<sup>80</sup>, um distúrbio emocional que se manifesta através de sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico, resultantes de situações ocorridas no ambiente de trabalho.

O Burnout, ou Síndrome do Esgotamento Profissional, ocorre de maneira lenta e gradual, acometendo o indivíduo progressivamente. Em primeiro momento, as demandas de trabalho são maiores que os recursos materiais e

<sup>79</sup> MASUMOTO, Lucia Kaori; FAIMAN, Carla Júlia Segre. **Saúde mental e trabalho: um levantamento da literatura nacional nas bases de dados em Psicologia da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Saúde Ética & Justiça**, v. 19, n. 1, p. 1-11, 2014

<sup>80</sup> **Síndrome de Burnout acomete 30% dos trabalhadores brasileiros**. *Jornal da USP*, 2023 Disponível em: [https://jornal.usp.br/radio-usp/sindrome-de-burnout-acomete-30-dos-trabalhadores-brasileiros/#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20burnout%20acomete%2030%25%20dos%20trabalhadores%20brasileiros,-Or%C3%A1vio%20Pinto%20e&text=De%20acordo%20com%20dados%20da,da%20Sa%C3%BAde%20\(OMS\)%20em%202022](https://jornal.usp.br/radio-usp/sindrome-de-burnout-acomete-30-dos-trabalhadores-brasileiros/#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20burnout%20acomete%2030%25%20dos%20trabalhadores%20brasileiros,-Or%C3%A1vio%20Pinto%20e&text=De%20acordo%20com%20dados%20da,da%20Sa%C3%BAde%20(OMS)%20em%202022). Acesso em: 20 de maio de 2024.

humanos, o que gera um estresse laboral no indivíduo. Assim, o que é característico é a percepção de uma sobrecarga de trabalho, tanto qualitativa quanto quantitativa<sup>81</sup>. Ao analisar a relação entre saúde mental, o ambiente de trabalho e a estrutura social em que os indivíduos estão inseridos, pode-se observar que o esgotamento profissional transcende a esfera individual e acaba sendo construído e influenciado por uma série de fatores relacionados. Ou seja, não apenas a quantidade de trabalho se torna excessiva, mas também a complexidade e as exigências das tarefas aumentam, contribuindo para uma sensação de exaustão. O cansaço persistente, a desmotivação e a sensação de incapacidade para tarefas que eram simples surgem juntamente com um desapego constante em relação ao trabalho, resultando em uma diminuição da eficiência profissional.

A sobrecarga e a insegurança no mercado de trabalho são evidenciadas como os principais fatores que afetam a saúde mental dos trabalhadores. De modo geral, a constante concorrência meritocrática, própria do modo de produção e acentuada na fase neoliberal do capital, é uma das principais responsáveis pelo mal-estar físico e mental da classe trabalhadora. No momento em que as vidas pessoais são inseridas na lógica mercantil, o próprio indivíduo atomizado torna-se responsável direto pela reprodução e qualificação de sua força de trabalho. O surgimento do dito “capital

humano” é, assim, a expressão aparente dessa relação social muito mais complexa, que permeia até mesmo o momento em que o trabalhador não está em processo de produção<sup>82</sup>. Esses fatores não apenas moldam a experiência individual, mas também contribuem para a dinâmica coletiva que influencia a saúde física e mental dos trabalhadores. O trabalho, em sua origem histórica, sempre esteve atrelado à atividade laboral física. É necessário, no entanto, reconhecer que cada vez mais o nexo entre trabalho e saúde, evidenciada na contemporaneidade, ainda é pouco abordado, sendo negligenciado o impacto dos elementos sociais e estruturais. Assim, a responsabilidade de uma enfermidade, normalmente, recai inteiramente sobre o trabalhador e em seus hábitos<sup>83</sup>.

É inegável a necessidade de reconhecer e abordar de forma mais abrangente o papel dos fatores sociais e do ambiente de trabalho na saúde mental dos trabalhadores. Isso requer adotar uma perspectiva mais ampla, que leve em consideração os diversos fatores sociais, organizacionais e estruturais que influenciam a saúde dos trabalhadores. Tal fato implica reconhecer que as condições de trabalho, as políticas empresariais e outros aspectos do ambiente laboral, desempenham um papel significativo na saúde mental dos funcionários.

<sup>82</sup> SILVA, Ederson Duda da. A meritocracia como modo de vida: uma análise crítica à luz da tradição marxista. *Sociologias Plurais*, v. 9, n. 1, p. 33-62, 2023.

<sup>83</sup> HUEBRA, P. M. et al. Condições de saúde mental e física do trabalhador. Anais do IV Seminário Científico da FACIG [Internet], 2018.

<sup>81</sup> PÊGO, Francinara Pereira Lopes; PÊGO, Delcir Rodrigues. Síndrome de burnout. *Rev. bras. med. trab.*, p. 171-176, 2016.

A invasão mercadológica na esfera pessoal da vida leva à noção de que o trabalhador precisa sempre se colocar no mercado como a mão de obra mais qualificada, refletindo na conduta do indivíduo, que passa a sentir-se sempre inseguro e exausto, física e mentalmente.

É preciso notar que o panorama exploratório e degradante dos trabalhadores não é um fenômeno da contemporaneidade. O próprio modo de produção capitalista se retroalimenta dessa exploração e subjuga os trabalhadores alienados à condição de uma simples engrenagem no processo produtivo. Desde o século XVIII, diversos são os registros das condições insalubres da classe trabalhadora no processo fabril<sup>84</sup>. Desse modo, a precarização e a degradação do indivíduo no processo de produção são essenciais para a lógica capitalista, pois é dela que se origina a acumulação. A invasão dos espaços pessoais e os novos formatos de escala trabalhista são necessários para, cada vez mais, subjugar a vida do trabalhador ao processo produtivo.

A visão otimista de Keynes não pressupunha que a riqueza somente pode ser produzida pelo trabalho humano. Tal afirmação infere que o avanço das inovações tecnológicas não é capaz de atenuar o processo de exploração. Duplamente, amplia-se, também, o grau de exigência e de envolvimento do trabalhador com o processo de trabalho, aspecto que esbarra em seu esgotamento físico e mental, bem como

na insatisfação profissional e na diminuição de sua qualidade de vida.

O indivíduo que não se reconhece em seu trabalho, caracterizando-se como incompleto e alienado, é constantemente esmagado de forma física, social e emocional pelo capitalista. Nesse sentido, a saúde mental dos trabalhadores é um indicativo do estado de saúde da sociedade. Quando um terço da força de trabalho sofre de Burnout<sup>85</sup>, isso reflete um problema estrutural que vai além do indivíduo. Desse modo, o adoecimento causado pelo trabalho não é apenas uma consequência indesejada, mas uma característica imanente do próprio modo de produção burguês.

<sup>84</sup> ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>85</sup> síndrome de Burnout acomete 30% dos trabalhadores brasileiros. Jornal da USP, 2023 Disponível em: [https://jornal.usp.br/radio-usp/sindrome-de-burnout-acomete-30-dos-trabalhadores-brasileiros/#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20burnout%20acomete%2030%25%20dos%20trabalhadores%20brasileiros,-Or%C3%A1vio%20Pinto%2e&text=De%20acordo%20com%20dados%20da,da%20Sa%C3%BAde%20\(OMS\)%20em%202022](https://jornal.usp.br/radio-usp/sindrome-de-burnout-acomete-30-dos-trabalhadores-brasileiros/#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20burnout%20acomete%2030%25%20dos%20trabalhadores%20brasileiros,-Or%C3%A1vio%20Pinto%2e&text=De%20acordo%20com%20dados%20da,da%20Sa%C3%BAde%20(OMS)%20em%202022). Acesso em: 20 de maio de 2024.

## Resenha Especial - Maria da Conceição Tavares

### *Maria da Conceição Tavares: ontem, hoje e sempre*

*Hemille Barbosa Uchôa*

*Matheus Ferreira Maia*



Homenagem à grande Maria da Conceição Tavares.

Disponível em:

<https://www.brasil247.com/charges/homenagem-a-grande-maria-da-conceicao-tavares>. Acesso em: 15 ago. 2024

Em junho de 2024, o Brasil perdeu uma das economistas mais prestigiadas de sua história, cujo legado se estende profundamente, tanto no pensamento econômico nacional quanto no cenário internacional. Maria da Conceição Tavares, nascida em Portugal e naturalizada brasileira, destacou-se como uma das intelectuais mais influentes de seu tempo. Sua trajetória foi marcada por um compromisso inabalável em analisar as condições que perpetuam o subdesenvolvimento econômico brasileiro, defendendo que o progresso

econômico do país deve estar intrinsecamente conectado ao avanço social<sup>86</sup>.

Tavares deixou um legado expressivo para a formação do pensamento econômico no Brasil, especialmente por sua atuação na criação dos programas de pós-graduação em Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>87</sup>. Esses programas desempenharam um papel crucial na formação de diversas gerações de economistas no Brasil, bem como na promoção de intensos debates sobre as mazelas sociais vigentes nacionalmente e o papel da economia em superá-las. Além de suas relevantes contribuições à teoria econômica, ela desempenhou um papel relevante nas ciências e na política brasileira, abrindo espaços anteriormente dominados por homens. Foi a

<sup>86</sup> PATI, Raphael. **Maria da Conceição deixa um legado de luta por justiça social**. Correio Braziliense, 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/06/6873901-maria-da-conceicao-deixa-um-legado-de-luta-por-justica-social.html>. Acesso em: 15 ago. 2024.

<sup>87</sup> **Maria da Conceição Tavares: Eu não desisto deste país | Entrevista Margem Esquerda**. Blog da Boitempo, 2024. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/04/26/maria-da-conceicao-tavares-eu-nao-desisto-deste-pais-entrevista-margem-esquerda/>. Acesso em: 15 ago. 2024

primeira pesquisadora latino-americana a integrar a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), onde se destacou por sua análise aprofundada do desenvolvimento econômico na América Latina<sup>88</sup>. Seu trabalho deu ênfase especial à questão do subdesenvolvimento econômico periférico, com particular atenção ao contexto da economia brasileira<sup>89</sup>.

Um de seus principais argumentos era que o subdesenvolvimento não era simplesmente uma fase transitória, mas sim uma condição estrutural que demandava soluções específicas e diferenciadas<sup>90</sup>. Sua visão foi amplamente difundida em diversos ensaios, destacando-se, entre eles, "Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento — o caso do Brasil" (1967), em que analisou como as transformações na estrutura produtiva brasileira impactaram as questões de financiamento, com ênfase no financiamento ao consumo. Nesse trabalho, ela também discutiu as limitações inerentes ao uso da inflação como mecanismo para impulsionar o crescimento industrial<sup>91</sup>.

<sup>88</sup> Idem. *ibidem*

<sup>89</sup> MELLO, Guilherme. Conceição Tavares e o papel do economista em um país subdesenvolvido. IREE, 2021. Disponível em: <https://iree.org.br/conceicao-tavares-e-o-papel-do-economista-em-um-pais-subdesenvolvido/>. Acesso em: 15 ago. 2024

<sup>90</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Maria da Conceição Tavares**. *Memória do IE-UFRJ. Revista Econômica Contemporânea*, v. 14, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/7YDDwwFtVhHHsdKT7MKS/GXG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2024.

<sup>91</sup> Idem. *ibidem*.

Outra de sua contribuição significativa para o pensamento econômico brasileiro reside na análise crítica do modelo de substituição de importações, implementado no Brasil entre as décadas de 1930 e 1980. Esse modelo tinha como objetivo primordial promover a produção interna de bens e reduzir a dependência em relação às importações. Em essência, buscava-se uma transformação da economia, direcionando-a para uma dinâmica autossuficiente e menos vulnerável às flutuações do comércio exterior<sup>92</sup>. No entanto, Tavares, em sua obra "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil", demonstrou que o modelo não eliminou a dependência externa, mas a redirecionou, intensificando a necessidade de importações de mercadorias com elevado conteúdo tecnológico das potências ocidentais<sup>93</sup>.

O processo de substituição de importações atingiu seu limite após o término do Plano de Metas<sup>94</sup> durante o governo de Juscelino Kubitschek. Nesse contexto, dada a crise nos anos 1960, o economista Celso Furtado<sup>95</sup> (1920-2004) interpretou a queda nas taxas de lucro e acumulação como resultado da crescente relação entre capital e trabalho, caracterizando esse fenômeno como uma tendência de

<sup>92</sup> Idem. *ibidem*.

<sup>93</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>94</sup> O Plano de Metas foi uma política do governo Juscelino Kubitschek que visou a industrialização e o desenvolvimento do Brasil por meio de investimentos em energia, transportes, alimentação, educação e construção civil.

<sup>95</sup> Economista brasileiro de grande renome no pensamento sobre o desenvolvimento econômico e a economia latino-americana.

estagnação econômica. Em contrapartida, Maria da Conceição Tavares, em colaboração com o economista José Serra, argumentava que o declínio do crescimento econômico no Brasil não configurava uma estagnação contínua, mas sim uma crise cíclica, suscetível de superação por meio da utilização da capacidade produtiva ociosa, ou seja, a parte da capacidade de produção que não estava sendo utilizada eficientemente. Essa capacidade ociosa, uma vez revitalizada por inovações institucionais e pela adoção de um novo modelo de desenvolvimento, possibilitou o crescimento acelerado observado durante o período do “Milagre Econômico”<sup>96,97</sup>.

Ademais, em uma de suas contribuições mais significativas ao pensamento econômico brasileiro, conduziu uma análise crítica do período do “Milagre Econômico”. Ela evidenciou que, apesar do notável crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), esse fenômeno resultou em uma pronunciada concentração de renda no país. Ressaltou que, embora houvesse avanços tecnológicos e industriais, esses progressos não conseguiram integrar os trabalhadores que permaneciam nos setores mais tradicionais da economia, resultando em uma ampliação significativa das disparidades salariais<sup>98</sup>.

De acordo com Tavares, esse quadro de concentração de renda proporcionou o excedente necessário para a expansão do mercado, com ênfase no setor de bens de luxo, mas a um elevado custo social: a exclusão de amplos segmentos da população. Enquanto a riqueza se concentrava nas mãos de uma pequena elite, a maioria dos trabalhadores enfrentava um severo arrocho salarial, precarizando o mercado de trabalho e aprofundando as desigualdades<sup>99</sup>. Nesse contexto, analisou que essa concentração de renda, de maneira perversa, não apenas refletia, mas também impulsionava as dinâmicas econômicas do período, sem, contudo, se traduzir em prosperidade para a maioria da população. Como destacou, “ninguém come PIB, come alimentos”<sup>100</sup>, enfatizando que o crescimento econômico, por si só, não assegura a melhoria da qualidade de vida.

Ao longo de sua trajetória acadêmica, Tavares destacou-se por sua defesa intransigente da ideia de que apenas a atuação estatal poderia efetivamente promover o desenvolvimento econômico, em contraste com as ideologias neoliberais<sup>101</sup>. Em sua visão, o desenvolvimento econômico deveria estar indissociavelmente vinculado à formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida da população. Essas políticas, segundo ela,

<sup>99</sup> Idem. *ibidem*.

<sup>100</sup> ‘Ninguém come PIB’: relembre frases da economista Maria da Conceição Tavares. ISTOÉ, 2024. Disponível em:

<https://istoedinheiro.com.br/morre-a-economista-maria-da-conceicao-tavares-aos-94-anos/>. Acesso em: 15 ago. 2024

<sup>101</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>96</sup> DE MELLO, H.P. **Maria da Conceição Tavares: Vida, ideias, teorias e política**. Rio de Janeiro, Expresso 2019.

<sup>97</sup> O “Milagre Econômico” foi um período de rápido crescimento econômico no Brasil entre 1968 e 1973, caracterizado por altas taxas de crescimento do PIB

<sup>98</sup> Idem. *ibidem*.

devem necessariamente promover uma distribuição equitativa da renda, elevar a qualidade dos empregos e assegurar a autonomia do Estado, protegendo-o das influências externas, particularmente das políticas econômicas das potências ocidentais. Para ela, qualquer desvio desse paradigma resultaria na perpetuação de um modelo de crescimento econômico profundamente desigual, semelhante ao observado durante o "Milagre Econômico"<sup>102</sup>.

Tavares disse que o estudo da economia não deve ser encarado como uma ferramenta meramente técnica ou metódica, mas como um instrumento para promover o desenvolvimento nacional, visando a construção de um país mais justo e igualitário<sup>103</sup>. Apesar dos inúmeros desafios estruturais enfrentados pelo Brasil, incluindo a desigualdade na distribuição de renda, a exclusão social e as recorrentes instabilidades políticas, ela sempre manteve uma perspectiva otimista em relação ao futuro do país, depositando sua confiança nas próximas gerações. Em uma entrevista concedida em 2019, declarou: "Eu não desisto deste país. Apesar de todas as desgraças de

hoje, eu continuo achando que o Brasil é o país do futuro. O Brasil tem futuro!"<sup>104</sup>.

---

<sup>102</sup> SICSÚ, João; PORTARI, Douglas (coord). **Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.

<sup>103</sup> TV SENADO. **Agenda Econômica - Novos Rumos da Economia - Bloco 2**. Youtube, 16 nov. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nCAcr1YvWLU>. Acesso em: 20 ago. 2024.

---

<sup>104</sup> **Maria da Conceição Tavares morre aos 94 anos**. Brasil de Fato, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/08/maria-da-conceicao-tavares-morre-aos-94-anos>. Acesso em: 15 ago. 2024

## Podcasts do PET Economia

### *A Reforma Psiquiátrica no Brasil - Implicações Sociais e Econômicas*



*Gustavo de Almeida e Matheus Maia*

No episódio 51 do Programa Resenha Econômica, apresentado por Gustavo de Almeida e Matheus Maia discute-se a reforma psiquiátrica em vigência no Brasil, em entrevista com Raquel Coelho, especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). Durante a conversa, o debate ocorreu em torno da compreensão das transformações das instituições psiquiátricas no Brasil, remetendo às suas origens históricas e enfatizando o caráter ainda estigmatizado deste tema nos debates públicos. Para acessar o episódio, escaneie o QR Code abaixo.



---

## *Desafios da Dependência: subdesenvolvimento e Big Techs*



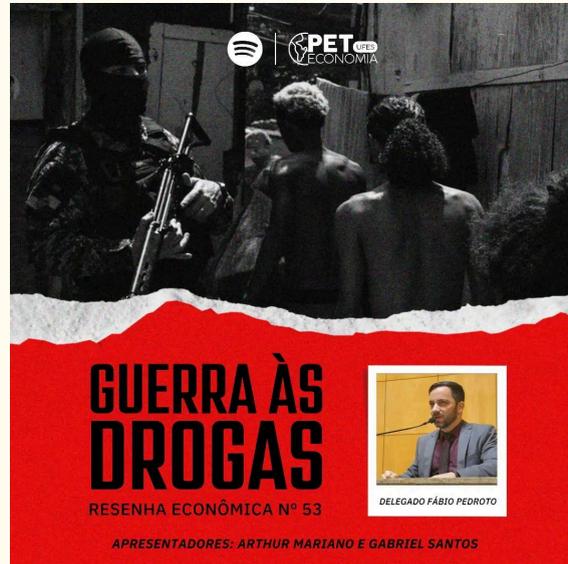
*Diogo Schiavinatto e João Henrique Nascimento*

---

No episódio 52 do Programa Resenha Econômica, intitulado "Desafios da Dependência: Big Techs e Subdesenvolvimento" e produzido por Diogo Schiavinatto e João Henrique Nascimento, foi discutido a inserção do Brasil no atual paradigma tecnológico e o papel que as Big Techs desempenham na formação cultural, econômica e social dos debates nacionais. Além disso, destaca-se como tal inserção no capitalismo tecnológico e financeirizado amplia e perpetua a condição de dependência e subdesenvolvimento. Para compreender melhor esse novo panorama brasileiro, foi entrevistado o doutor Rogério Faleiros, docente do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Para acessar o episódio, escaneie o QR Code abaixo.



## Guerra às Drogas



*Arthur Mariano Soares e Gabriel Santos*

No episódio 53 do Programa Resenha Econômica, os petianos Arthur Mariano Soares e Gabriel Santos abordaram a questão da guerra às drogas no Brasil, ao longo do episódio, discute-se acerca das condições de trabalho na segurança pública, da origem histórica da guerra às drogas, do superencarceramento, do populismo penal midiático e do antiproibicionismo. Para um maior aprofundamento no assunto, a dupla entrevistou o Delegado de Polícia Civil Fábio Pedoto, que, dentre suas qualificações, possui experiência no Departamento Especializado em Narcóticos (Denarc) e docência na área de Direito Penal e Processual Penal. Para acessar o episódio, escaneie o QR Code abaixo.



## *A Precarização do Trabalho no Brasil*

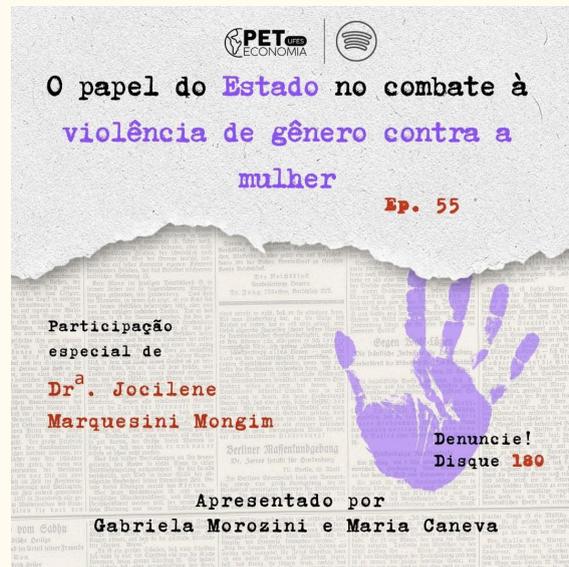


*Henrique Moura e Rafael Saldanha*

No episódio 54 do Programa Resenha Econômica, os petianos Henrique Moura e Rafael Saldanha discutem a precarização do trabalho no Brasil, com intuito de desmistificar as raízes da precarização do mercado de trabalho brasileiro e como esse processo se expressa nos dias atuais. A dupla entrevistou Ana Paula Colombi, doutora em Desenvolvimento Econômico (Unicamp) e professora do departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Para acessar o episódio, escaneie o QR Code abaixo.



## O Papel do Estado no Combate à Violência de Gênero Contra a Mulher



*Gabriela Morozini e Maria Caneva*

No episódio 55 do Programa Resenha Econômica, as petianas Gabriela Morozini e Maria Caneva discutem as diferentes manifestações da violência de gênero contra a mulher, as origens históricas em que se assenta a problemática e de que formas podemos pensar a intervenção estatal em seu enfrentamento. Para lançar luz sobre a problemática da violência de gênero contra a mulher, a Dr<sup>a</sup> Jocilene Marquesini Mongim, que é psicóloga do Ministério Público do Espírito Santo, atuante no Núcleo de Enfrentamento da Violência de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres. Para acessar o episódio, escaneie o QR Code abaixo.



